



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Análise da implementação do PNAE, no Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, e sua contribuição para a agricultura familiar local.

Celso Lucas Fernandes Oliveira¹ (PQ), Thiago Augusto Pereira de Rezende² (IC)*
thiagoaugusto.rp@outlook.com

¹ Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Metropolitano – Sede: Aparecida de Goiânia - GO.

² Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Pires do Rio - GO.

Resumo: Esse artigo busca realizar uma análise quanto à implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, no Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, e sua contribuição na agricultura familiar. O Instituto é uma entidade executora, que recebe verba, a qual é disponibilizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para aquisição de alimentos que compõem a merenda escolar, além de fomentar a agricultura familiar e o desenvolvimento educacional dos alunos. Utilizando-se de método descritivo, de natureza quantitativa e qualitativa, desenvolveu-se um levantamento bibliográfico a respeito do tema em análise, com intuito de identificar os principais aspectos das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e, em especial, o PNAE, além da coleta de dados referentes à implementação do programa na instituição analisada. O PNAE é uma forma de incentivo da agricultura e contribui para o melhor desenvolvimento educacional, sendo uma política pública que detém grande importância econômica e social, possibilitando a minimização da desigualdade, a redução da insegurança alimentar e nutricional, além de contribuir para o incremento da produção e da renda dos produtores rurais.

Palavras-chave: Merenda Escolar. Procedimento Administrativo. Escassez Rural.

Introdução

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerencia o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), esse vinculado ao Ministério da Educação. O PNAE busca propiciar à rede de ensino público uma alimentação escolar mais adequada, em conjunto com ações que promovam uma instrução alimentar e nutricional daqueles educandos matriculados em escolas de educação básica e



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



pública. A Lei nº 11.947, de 16/06/2009, enuncia, em seu artigo 14, que no mínimo 30% (trinta por cento) do valor repassado pelo FNDE deve ser investido em produtos derivados da agricultura familiar, com preferência dos nutrientes em relação ao local e região, com intuito de melhor desenvolver a economia da comunidade, e o desempenho estudantil dos alunos (FNDE, 2017).

Com as novas diretrizes, advindas da promulgação da Lei nº 11.947/09, a Rede Federal de Educação foi introduzida no programa como entidade executora. Contudo, fatores, como falta de informação em relação aos procedimentos legais, retardam a compra de forma imediata e efetiva.

Material e Métodos

A metodologia utilizada no primeiro momento envolveu a realização de pesquisas bibliográficas em livros, anais, revistas, entre outros disponíveis na internet de forma geral, com o objetivo de buscar conceitos e definições relacionadas ao PNAE, buscando entender o funcionamento e as exigências do programa.

Procedeu-se à coleta de dados, disponibilizados pelo representante do PNAE no Instituto Federal Goiano de Urutaí, extraídos de dados financeiros constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e disponibilizados pelo setor responsável da unidade, além de dados extraídos dos processos de compra arquivados no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) do IF Goiano.

Resultados e Discussão



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



O PNAE sofreu inúmeros avanços com intuito de priorizar a agricultura familiar, buscando a diminuição da escassez rural e maior desenvolvimento sustentável, além de promover a alimentação escolar (FERNANDES; KESSLER, 2019). Diante disso, o percentual de 30%, repassado pelo FNDE e coordenado em cada localidade por profissional em nutrição, busca assegurar a alimentação dos estudantes por meio de merenda escolar e, ao mesmo tempo contribuir para a produção agrícola familiar.

O procedimento para aquisição desses alimentos oriundos da agricultura familiar começa como o recebimento do valor repassado, a partir do qual é definido o total destinado à compra de gêneros provenientes da agricultura familiar, tanto por meio de licitação como chamadas públicas, observando-se aquilo que é produzido pelos agricultores locais, ou seja, far-se-á um levantamento orçamentário e uma articulação para essa compra de agricultores locais. Posteriormente, o profissional em nutrição passa à elaboração do cardápio, seguindo da pesquisa de preços e, posteriormente, da elaboração e publicação do edital.

Tais projetos podem ser entregues por agricultores, seja eles fornecedores individuais e grupos informais, que detenha o DAP Física (Declaração de Aptidão ao PRONAF), e grupos formais de agricultores, esses possuindo o DAP Jurídica. Os agricultores familiares que podem fornecer no âmbito do PNAE devem entregar os documentos, que serão classificados conforme critérios estabelecidos no edital. O primeiro colocado da seleção, realiza a entrega de amostra de qualidade quando se tratar de produtor de origem animal, como prevê a vigilância sanitária. Logo, há a formalização de contrato de compra e venda, a partir do qual se realiza a entrega, recebimento dos alimentos e emissão de nota fiscal (CORREIA, 2019).

No ano de 2019, foi repassado pelo FNDE ao IF Goiano do Campus de Urutaí, no âmbito do PNAE, o valor equivalente a R\$ 110.292,90 (cento e dez mil, duzentos



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



e noventa e dois reais e noventa centavos). Posteriormente, em 2020, foi repassado o equivalente a R\$ 120.419,03 (cento e vinte mil, quatrocentos e dezenove reais e três centavos). Já no ano de 2021, o Instituto recebeu o valor de R\$ 141.942,00 (cento e quarenta e um mil, novecentos e quarenta e dois reais). Os dados financeiros foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e disponibilizados pelo setor financeiro do IF.

As verbas referentes aos anos de 2019 a 2021 foram utilizados na aquisição de gêneros alimentícios. O fornecimento de gêneros alimentícios foi realizado por agricultores individuais do próprio município de Urutaí e de Orizona, além de Associações formais das cidades de Urutaí, Ipameri, Orizona e Catalão. Os agricultores fornecedores do IF Goiano dispõem de diversidade quanto aos alimentos, fornecendo vegetais (verduras, legumes e folhosos), panificações (pães, roscas e bolos), farináceos (farinha de mandioca) e carnes (frango).

Considerações Finais

Conclui-se, que o PNAE, flui com êxito e respeitando a normatização prevista. As verbas repassadas pelo FNDE para aquisição de produtos da agricultura familiar, tendo como referência os últimos 3 anos, é utilizada para aquisição de alimentos. Assim, inclui-se na merenda escolar da rede federal de ensino alimentos adquiridos por meio de procedimento administrativo para priorizar os agricultores familiares locais.

Contudo, a verba corresponde ao montante de 30% para a rede de ensino básico de educação, sendo o PNAE umas das possibilidades de aquisição de alimentação escolar, não fornecendo quantidade que se percebe necessária visando



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



a segurança alimentar em quantidade e, sobretudo, qualidade.

Portanto, o procedimento de aquisição estimula a produção agrícola e econômica da região, amenizando a escassez rural, e incentivando hábitos alimentares mais saudáveis, promovendo melhor qualidade de vida e evitando futuros problemas de saúde oriundo da má alimentação.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União 17 jun. 2009.

CORREIA, J. H. **Gestão de compras do programa nacional de alimentação escolar para o aumento da participação de agricultores familiares nas aquisições do Instituto Federal Goiano.** 2019. 82 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: < <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9573> > Acesso em: 31 jul. 2022.

FERNANDES, Denise M. M.; KESSLER, Mariele J. **Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais.** Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, 2019. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/18955/1192612480>> . Acesso em: 19 fev. 2022.

FNDE. PNAE. **Programa de Alimentação Escolar**, 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>. Acesso 07 em jun. de 2020.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Análise da modalidade de aquisição de sementes do PAA na agricultura familiar no município de Pires do Rio – Goiás.

Celso Lucas Fernandes Oliveira¹ (PQ), Kárita Cardoso Bento da Silva² (IC)*
karita_pdr@hotmail.com

¹ Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Metropolitano – Sede: Aparecida de Goiânia ² Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária Pires do Rio

Resumo: Objetivou-se nesta pesquisa a realização de estudo teórico sobre o tema de políticas públicas e desenvolvimento direcionada para a agricultura familiar, analisando o que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade sementes, trouxe para os produtores na região de Pires do Rio – GO. Na busca pelas informações necessárias à realização do projeto, foi efetuado contato com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), especificamente na Superintendência Regional de Goiás, já que por outros meios, em especial a Emater de Pires do Rio e na regional, sede em Ipameri, não se obteve informações consistentes. A partir disso, foram coletados dados da única chamada pública, que ocorreu no ano de 2017, para a aquisição de sementes de agricultores familiares e demais beneficiários. Nos anos seguintes não houve mais chamada públicas para a região do sudeste goiano. Já no ano de 2021 a modalidade sementes do referido programa foi extinta por meio da Medida Provisória nº 1.061, a qual instituiu o Programa Alimenta Brasil.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos. Sementes crioulas.

Introdução

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) juntamente com o Governo Federal por meio da Lei nº 10.696/2003. As mercadorias adquiridas pelo PAA são produzidas pelos agricultores familiares e dispensa licitação, desde que o preço seja compatível com o mercado local. Assim, o PAA tem como objetivo, segundo



Sambuichi et al. (2019, p. 13), criar demanda institucional capaz de estruturar a produção dos agricultores familiares, por meio de garantia de mercado, suprimindo a lacuna que aumentava os riscos de inadimplência para o tomador de crédito.

O PAA Sementes tem uma grande importância, pois ela garante a produção de alimentos e distribuição de sementes e insumos, fortalecendo o desenvolvimento da agricultura familiar.

Material e Métodos

A metodologia utilizada contou com leitura exploratória do material encontrado, em uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisas bibliográficas em livros, anais, revistas, artigos científicos e materiais disponíveis na internet para alcançar a melhor definição e conceito relacionado ao PAA.

Por fim, foi feita pesquisa de dados disponibilizados pela CONAB, a partir do contato com os servidores via telefone e e-mail, já que não foi possível entrar em contato com os agricultores da região que foram beneficiados com o programa.

Resultados e Discussão

Na busca sobre informações sobre PAA sementes junto ao município de Pires do Rio, não houve retorno de informações e documentações a respeito da distribuição das sementes. Sendo assim, foi necessário entrar em contato com os servidores da CONAB que auxiliaram com informações via e-mail e ligação.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



A maior dificuldade foi a de encontrar informações sólidas e transparentes sobre a implementação das políticas públicas para agricultura familiar, em especial o PAA sementes, que tem como objeto o presente trabalho. Essa dificuldade se deu por falta de documentação e também por ser um programa que foi extinto, tendo sido realizada apenas uma chamada pública para os municípios da região de Pires do Rio, em 2017. A única modalidade do PAA que teve sua extinção foi a de aquisição de sementes, que se deu por meio da Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, a qual instituiu o Programa Alimenta Brasil, de combate à fome. Segundo Vergara (2021, p. 1) “o fim da linha de compra de sementes do PAA, importante para a manutenção das sementes crioulas” foi considerado um ponto negativo. Nesse mesmo sentido, Sampaio (2021, p. 5) afirma que:

A extinção do programa não só traz prejuízos para as famílias que produziam essas sementes e pras que recebiam [os produtos] como é mais um ataque à nossa biodiversidade porque o único programa de reprodução de sementes crioulas deixa de assistir.

Além disso, alguns dos objetivos propostos para a realização deste trabalho não foram possíveis de serem alcançados, devido à não divulgação de dados, como já dito, além da impossibilidade de entrar em contato com os agricultores familiares que se beneficiaram com a comercialização das sementes crioulas para o plantio, uma vez que não foi repassado nenhum nome de agricultor da região que tenha aderido ao programa.

Para trazer informações que sobre o PAA sementes na região estudada, houve o contato com a CONAB, especificamente na Superintendência Regional de Goiás, levantando alguns pontos importantes que serão expostos.

Na região do sudeste goiano os agricultores que forneceram sementes para o PAA eram todos do municípios de Catalão, sendo duas associações proponentes:



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Central de Associações de Minis e Pequenos Produtores Rurais do Município de Catalão e Associação de Minis e Pequenos Produtores Rurais da Região do Barreirão.

Segundo dados repassados pela CONAB, na aquisição de 24.650 kg de sementes de milho variedade sol da manhã foi utilizado o valor foi de R\$ 199.911,50; os demais valores não foram repassados. Essa aquisição de sementes ocorreu somente no ano de 2017, em que houve a chamada pública para aquisição de sementes de agricultores familiares e demais beneficiário.

A chamada pública ocorreu durante o período de setembro a dezembro de 2017 e teve como valores pagos pela saca de 20 kg de milho crioulo caiano, eldorado, ribeirão e sol da manhã um valor de R\$ 162,20. Já para aquisição do feijão crioulo rosinha e roxinho o valor pago foi de R\$ 200,00, também para sacas de 20 kg. Esses produtos citados foram uma demanda da região do sudeste goiano naquele ano.

Como critério de priorização das propostas foi utilizado a seguinte ordem: proximidade do município de entrega e beneficiários prioritários (assentados da reforma agrária, mulheres e quilombolas). Conforme as informações constantes na chamada pública, a CONAB efetuou o pagamento ao fornecimento da contratada por meio de ordem bancária.

Considerações Finais

O presente trabalho nos mostrou que o Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade sementes foi insuficiente quanto às informações públicas para a população. Mas, apesar dos contras, o programa é fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar, além de incentivar o uso, conservação e distribuição de



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



sementes crioulas, e de melhorar a saúde da população pelo fato de diminuir a necessidade de uso de produtos químicos na sua manutenção e cultivo.

Referências

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Chamada Pública n.º 001/2017.** Goiânia, GO, agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/chamadas-publicas/edital-de-aquisicao-de-sementes?start=20>>. Acesso em: 01/08/2022.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. **Programa de aquisição de alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar.** Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portall/images/stories/PDFs/TDs/td_2482.pdf>. Acesso em: 20/02/2022.

SAMPAIO, Cristiane. **Em debate no Senado, substituição do PAA pelo Alimenta Brasil preocupa movimentos populares.** Fortaleza, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/30/em-debate-no-senado-substituicao-do-paa-pelo-alimenta-brasil-preocupa-movimentos-populares>>. Acesso em: 20/07/2022.

VERGARA, Nereida. **Agricultura familiar avalia extinção do PAA: Programa Alimenta Brasil é o substituto.** CORREIO DO POVO. 2021. Disponível em <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/rural/agricultura-familiar-avalia-extin%C3%A7%C3%A3o-do-paa-1.735679>>. Acesso em: 08/07/2022

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL A (IN)EFICIÊNCIA DE SUA (IN)APLICABILIDADE: OS DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS (2018/2021)

Ismael A. Martins, Estudante (IC)*, ismaelmartins.ueg@gmail.com, UEG, (UnU – Iporá);
Douglas Santos Mezacasa, professor orientador, UEG, (UnU – Iporá).

Resumo: Embora os direitos humanos versem sob o prisma dogmático analógico dos direitos fundamentais, importante é mencionar a sua (in)eficiência e (in)aplicabilidade, de modo categórico ao que se refere a real situação dos direitos humanos no Brasil. Os fatos e as diferenças sociais marcadas por desigualdades são vivenciados cotidianamente por meio dos grupos vulneráveis que por vezes enfrentam óbices para a efetivação de seus direitos. Por meio de um panorama subsidiado pelo relatório emitido através da comissão interamericana de direitos humanos sobre a “Situação dos direitos humanos no Brasil”, tivemos como objetivo analisar a efetivação dos direitos fundamentais e das normas internacionais de caráter normativo supralegal. Para tanto, adotamos uma perspectiva jurídico-crítica e empregamos o raciocínio indutivo, a partir dos dados disponibilizados mediante a comissão interamericana de direitos humanos, por outro lado, a Constituição Federal de 1988, ao que tange sua a égide dos direitos fundamentais sem distinção entre pessoas. Por todo exposto, averigua-se os óbices enfrentados para efetivação dos direitos humanos e novas perspectivas para que as normas e tratados internacionais sejam protegidos para garantia dos grupos minoritários.

Palavras-chave: Violações. Grupos minoritários. Tratados internacionais.

Introdução

Muito se discute a importância da efetivação dos direitos fundamentais e de sua aplicabilidade no judiciário brasileiro, ao observar a situação dos grupos minoritários por exemplo, contemplamos que não se trata apenas de solucionar os impasses por meio de políticas públicas e sim do próprio papel jurisdicional ao julgar determinados casos em que as partes estão inseridas em um desses grupos minoritários. Importante frisar que não se trata de julgar com imparcialidade, mas sim de analisar todos os contextos plurais que advém da sociedade brasileira.



Para tanto, partiu-se de uma análise perfunctória de relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos a qual averiguou a situação de grupos minoritários; os povos indígenas e comunidades afro descendentes. De mesmo modo, se observou as pessoas privadas de liberdade, adolescentes internados no sistema socioeducativo, migrantes, jornalistas e pessoas LGBTI. Essa primeira análise corroborando para atualização dos diagnósticos realizados pela visita anterior da CIDH ao Brasil.

Um dos resultados esperados pela pesquisa será o de observar os prognósticos referente ao posicionamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos no que diz respeito a situação dos direitos humanos no Brasil e o que o país tem desenvolvido para sanar tais violações. O trabalho buscará discutir e problematizar as medidas adotadas pelo Estado brasileiro através de casos e relatos mencionados no relatório emitido.

Material e Métodos

O material utilizado na pesquisa foi o relatório emitido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos “Situação dos direitos humanos no Brasil” teve por prognostico enfocar determinados temas a partir de grupos afetados por processos históricos desde a discriminação a desigualdade estrutural. Por meio de visita *in loco*, entre os dias 5 e 12 de novembro de 2018 a delegação enviada pela CIDH teve por objetivo aferir os desafios enfrentados para a efetivação dos direitos humanos no país. Na ocasião reuniu-se com autoridades nacionais de distintos poderes do Estado, tais como membros do poder legislativo, judiciário e movimentos sociais de diversos grupos minoritários em situação de discriminação histórica. Para tanto, adotamos uma perspectiva metodológica jurídico-crítica e empregamos o raciocínio indutivo.



Resultados e Discussão

Importante parafrasear o ministro do Supremo Tribunal Federal, ao elucidar seu entendimento de que a dignidade da pessoa humana ser parte dos direitos materialmente fundamentais, porém não com qualquer um destes direitos. Em determinados contextos, “aspectos especialmente relevantes da dignidade poderão ser sacrificados em prol de outros valores individuais ou sociais, como na pena de prisão, na expulsão do estrangeiro ou na proibição de certas formas de expressão” (BARROSO, 2010, p. 15). Conforme entendimento os direitos sociais estão acima dos valores da dignidade, entretanto devemos levar em consideração alguns fatores em que ambos os direitos são colocados em risco.

Ocorre que conforme relatório emitido sobre a situação dos direitos humanos no Brasil percebemos que nos últimos 20 anos, a Comissão vem observando às condições desumanas que caracterizam as instituições de privação de liberdade no Brasil, além dos sérios riscos à vida e à integridade das pessoas inseridas nesse sistema, constituem ainda situações de tratamento cruel, desumano e que ferem os direitos fundamentais e de sua dignidade (CIDH, 2021, p. 63-64). Vejamos, portanto, que em determinados momentos a efetivação desses dois direitos não são garantidos pelo Estado, nem mesmo muitas vezes quando é levado ao judiciário.

No mesmo sentido a comissão traz como resultado que o Brasil continua a apresentar um dos mais altos índices de violência contra pessoas LGBTI. “A esse respeito, a Comissão observa que as pessoas LGBTI ainda são vítimas de altos níveis de violência praticadas com requinte de crueldade, e que as pessoas trans são particularmente afetada” (CIDH, 2021, p. 98-99). Não obstante, também é perceptível a ausência de efetivação dos direitos fundamentais e humanitários aos demais grupos minoritários conforme retratado durante todo o processo de análise de investigação da situação dos direitos humanos no Brasil. Tais violações ferem não apenas a constituição federal, mais de modo consubstanciado os tratados internacionais.



Importante mencionar que, por estarmos diante de um regimento pautado sobre o direito internacional, é aberto ao Estado a oportunidade de reparar um suposto dano no âmbito de seu próprio ordenamento jurídico interno, antes de que se possa invocar sua responsabilidade internacional; (PIOVESAN, 2013, p. 110-113). Depreende-se ainda a doutrinadora, que se trata de uma questão muito frequente, no contencioso internacional, visando a proteção dos direitos firmados em tratados internacionais pela (in)violabilidade dos direitos humanos.

Nesse ínterim contemplamos que o Estado ocupa um papel preponderante para assegurar tais direitos, entretanto inúmeros desafios se tornam impasses para efetivação da garantia dos direitos fundamentais, bem como, da dignidade da pessoa humana defendida pelos direitos humanos. De acordo com análise quantitativa durante o ano de 2019, metade do marco temporal deste estudo entre os períodos de 2018/2021 é possível uma breve dimensão da situação brasileira no sistema interamericano, “possui 31 (trinta e uma) medidas cautelares, 17 (dezessete) casos arquivados e 2 (duas) soluções amistosas, 1 (uma) no ano de 2003 e outra no ano de 2006. Atualmente, 8 (oito) condenações na Corte e 57 (cinquenta e sete) denúncias admitidas na Comissão” (GEVARSONI, 2019, p 11). Os resultados corroboram, para importância de uma nova forma de integralizar o sistema de efetivação jurisdicional para suprir a (in)aplicabilidade de direitos aos grupos minoritários.

Considerações Finais

Durante todo o deslinde da pesquisa, denotou-se da importância da garantia dos direitos humanos e o quanto ele se faz necessário para a administração e consolidação do Estado democrático de direito, por meio de análise perfunctória do relatório da situação dos direitos humanos no Brasil, percebemos que ainda é necessário mecanismos para amenizar tais impasses que atingem cotidianamente pessoas que estão integradas aos grupos minoritários, tais violações não podem pairar sobre um país que se diz garantidor de direitos.



Por todo exposto, fora demonstrado que esses desafios podem ser superados e assim com a aplicabilidade dos direitos fundamentais e humanos, o Estado permaneça consolidado com uma boa diplomacia com os demais países membros da convenção interamericana, bem como, com as demais convenções responsáveis pela seguridade dos direitos humanos. Dessuma-se que os resultados apresentados foram pertinentes, abordando de forma jurídico-crítica a real situação brasileira no sistema da Corte interamericana de Direitos Humanos.

Referências

BARROSO, Luís Roberto. **A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação.** Disponível em: https://luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2022.

CIDH, Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Situação dos direitos humanos no Brasil: Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 12 de fevereiro de 2021.** P. cm. OAS. Documentos oficiais; OEA/Ser.L/V/II, 2021.

CIDH, Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **CIDH conclui visita ao Brasil.** Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2018/238.asp>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

GERVASONI, Tássia A.; GERVASONI, Tamiris A. As decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro. In: **5º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE.** 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/4.13.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Análise dos fundamentos da teoria garantista de Luigi Ferrajoli como vínculo ao exercício do poder estatal.

**Igor G. Araújo^{1*}(IC); Rodrigo P. Moreira(PQ); Rebeca B. Moura(IC);
Vitória C. Carrijo(IC)**

Resumo: Busca-se ao longo deste trabalho delimitar a participação do Estado mediante os princípios e direitos fundamentais, usando como linha a teoria garantista de Luigi Ferrajoli. Tal pesquisa se baseia nos contemporâneos problemas envolvendo Direito e Política no sistema constitucional, principalmente, observando o sistema democrático como forma de governo. Destarte, tem-se como objetivo entender de forma detalhada e analítica os argumentos que circundam a temática do direito e democracia, notadamente pelo contexto de organização coletiva, onde a política tem função de atuar na coletividade.

Palavras-chave: Teoria Garantista; Direitos Fundamentais; Democracia; Estado.

Introdução

Os direitos fundamentais são posições jurídicas individuais que protegem e legitimam garantias dadas à todas as pessoas, reconhecidas pelo princípio da igual dignidade. São direitos universais correspondentes a todos os cidadãos e/ou pessoas naturais que funcionam como barreiras contra violações, principalmente quando em

¹ igor.gomesa@gmail.com



desacordo com a figura majoritária da sociedade.

No limiar, ressalta-se o contexto histórico dos acontecimentos da Segunda Pós-Guerra, que desencadearam a necessidade de um protagonismo ativo da proteção aos direitos coletivos e individuais. Tendo o Direito que levar em conta os fatos sociais, procurando garantir valores reconhecidos como necessários para que sejam preservados.

Ao tratar do constitucionalismo principialista, Ferrajoli denominou os direitos fundamentais como uma norma forte, que impõe a introdução de regras consistentes em proibições de lesões ou obrigações de prestação. Outrossim, vale observar que as prestações ditas pelos direitos fundamentais nem sempre são direcionadas a ação. Existindo também às prestações negativas, onde o Estado se abstém de interferir em aspectos particulares da vida dos indivíduos, buscando alcançar e se vincular ao princípio da dignidade humana.

Assim, busca-se entender qual a participação do Estado dentro do Sistema democrático, e quais são os limites para sua atuação usando como clausula de barreira a teoria garantista.

Material e Métodos

O presente estudo será elaborado a partir de revisões bibliográficas, com abordagem predominantemente qualitativa, de caráter descritivo e utilizando o método dedutivo, pois a pesquisa partirá de uma premissa geral, consubstanciada na análise das teoria garantista de Luige Ferrajoli, até uma premissa particular que remete a atuação do Estado frente ao indivíduo.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



O procedimento técnico é revisão bibliográfica, incluindo livros e periódicos especializados, usando a base de dados que envolvam pesquisas envoltas do tema proposto.

Em primeiro momento será realizada a pesquisa bibliográfica de livros e artigos em revistas especializadas, principalmente em revistas direcionadas à temática escolhida, além do levantamento prévio e inicial realizado pela elaboração do projeto.

Após, fará-se a leitura dos textos para identificar o desenvolvimento do tema. A última etapa consistirá na redação de um artigo científico.

Resultados e Discussão

Em consonância ao cronograma apresentado anteriormente, cabe ressaltar que alguns dos aspectos propostos foram alcançados, quais sejam: a) Levantamento bibliográfico e documental, para fins de embasar teoricamente as hipóteses circunscritas ao tema pesquisado; b) Foram feitas inúmeras reuniões para discutir e amplificar o pensamento crítico sobre a importância do tema sobre nossa contemporaneidade; c) Ademais, foram elaborados resumos para a facilitação da apresentação, tanto no âmbito acadêmico dentro da Universidade Estadual de Goiás, como nos demais centros de exposição científica e tecnológica.

Considerações Finais



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



A conceituação de direitos fundamentais estabelecida por Luigi Ferrajoli é eminentemente formal, pois os direitos fundamentais são todos os direitos que as pessoas são titulares enquanto pessoas naturais (universalidade), enquanto cidadãos, enquanto pessoas com capacidade civil ou enquanto cidadãos com capacidade civil. Não estabelece, portanto, quais são os direitos fundamentais em cada ordenamento e nem o seu conteúdo.

Os direitos humanos designam aqueles direitos dos quais são titulares todas as pessoas naturais, como a liberdade e a igualdade. Os direitos públicos são os direitos dos cidadãos, sendo os direitos que não se aplicam aos estrangeiros. Os direitos civis dizem respeito às pessoas que possuem capacidade civil, cujo maior exemplo é a autonomia privada. Já os direitos políticos designam os direitos dos cidadãos que possuem capacidade civil, como o direito de votar e ser votado.

Esses direitos fundamentais consistem em limites e vínculos estabelecidos pela Constituição Federal. São limites enquanto direitos individuais que impõe um dever de não lesão. São vínculos em relação aos direitos sociais que impõe uma obrigação de prestação material.⁴ A junção das duas garantias forma o Estado Constitucional na medida em que une os direitos fundamentais do Estado Liberal e do Estado Social.

Nesse ponto, não se pode deixar de observar que os direitos fundamentais realizam a passagem do Estado Legislativo de Direito para o Estado Constitucional de Direito. O primeiro utiliza o critério da legalidade como único e exclusivo para identificar um direito válido, observando apenas a legitimidade para fazer as leis. O segundo, por sua vez, entende que a validade do direito não depende apenas da forma em que a lei foi produzida, mas também do seu conteúdo que não pode violar os direitos fundamentais que estão previstos nas constituições rígidas. Desse modo, a jurisdição pode sancionar como inválida uma lei que não observa os limites e



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



vínculos estabelecidos pela constituição em relação aos direitos fundamentais.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, por me ajudar nessa estrada que é a pesquisa, bem como, me segurar no momento dos meus períodos de carência. Agradeço aos meus amigos, que sempre estiveram comigo, e mantem a minha felicidade e forças para continuar. Por fim, agradeço meus pais, que sempre me apoiam nas minhas empreitadas, e que me amam incondicionalmente.

Referências

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2ª ed. SP: Malheiros, 2012.

BOSCO, Maria Goretti Dal. Direitos Fundamentais sociais: O direito à saúde no Brasil e nos países do leste europeu, segundo a perspectiva garantista de Ferrajoli. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista – UNIOESTE/MCR**, Roma, V. 10, N. 19, p. 9-22, 2º semestre, 2010. [recurso eletrônico]. Disponível em: www.unioeste.br. Acesso em: 16/04/2021.

CRUZ, Rodolfo Moreno. El modelo garantista de Luigi Ferrajoli. Lineamientos Generales. **Boletín Mexicano de Derecho Comparado, nueva serie, año XL**, México, N. 120, p. 825-852, septiembre-diciembre, 2007 [recurso eletrônico]. Disponível em: www.scielo.org.mx. Acesso em: 16/04/2021.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

FERRAJOLI, Luigi. **La democracia através de los derechos. El constitucionalismo garantista como modelo teórico y como proyecto político**. Madrid: Editorial Trotta, 2014.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



A possibilidade de aplicação da teoria garantista dos direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do STF.

Victória Cardoso Carrijo¹(IC)*, Rodrigo Pereira Moreira (PQ)², Igor Gomes de Araújo (IC)³, Rebeca Barbosa Moura (IC)⁴.

e-mail: victoriacarrijo@hotmail.com

¹ Universidade Estadual de Goiás, Campus Sudeste, Sede Morrinhos, Goiás, Brasil

² Universidade Estadual de Goiás, Campus Sudeste, Sede Morrinhos, Goiás, Brasil

³ Universidade Estadual de Goiás, Campus Sudeste, Sede Morrinhos, Goiás, Brasil

⁴ Universidade Estadual de Goiás, Campus Sudeste, Sede Morrinhos, Goiás, Brasil

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar todo o arcabouço jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal no tocante á decisões usando a teoria garantista dos direitos fundamentais no cenário da Constituição Federal de 1988 e observar jurisprudências do Supremo Tribunal Federal pertinentes ao tema. Nesta pesquisa foi observado que o constitucionalismo garantista de Ferrajoli demonstra o desenvolvimento do positivismo jurídico e do estado de direito e da democracia, tendo as leis positivadas com o objetivo de acabar com as violações e censurar quem as violas, bem como a garantia dos direitos de todos.. Também foi analisada a efetividade das decisões do Supremo Tribunal Federal, porque mesmo após 30 anos de promulgação da Constituição Brasileira de 1988, a efetividade dos direitos fundamentais sofre um grande déficit. No Brasil os direitos fundamentais foram proclamados na Constituição do Império de 25 de Março de 1824, constando nos 35 incisos do art. 179, semelhantes aos encontrados nos textos constitucionais franceses e norte-americanos. Entretanto, a efetivação dos direitos fundamentais dependia diretamente do Imperador, devido ao poder moderador que concedia poderes ilimitados ao Imperador naquela época. Cabe salientar, o quanto a constituição de 88 versa sobre os direitos e garantias fundamentais do cidadão livre. Por outro lado, a Constituição Brasileira também transfere uma função ao Supremo Tribunal federal, a de Guardião da Constituição, conforme define o artigo 102 da Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Garantista. Constitucionalismo. Supremo Tribunal Federal. Guardião.



Introdução

Através da divisão entre os poderes após a promulgação da Constituição de 1988, o Supremo Tribunal Federal ganhou enorme destaque e prestígio por assumir a posição de guardião da Constituição, além de assumir um enorme papel no cenário de atuação política (LEBA, v. 23, p. 147 – 171). É também resultado da Constituição de 88 a garantia de direitos fundamentais mais abrangentes e também uma preocupação maior com a aplicação de cláusulas pétreas.

De acordo com Dimitri Dimoulis e Leonardo Martins os direitos fundamentais mantêm uma grande proximidade com a política, igualmente, foram impostos politicamente no meio de ferozes lutas, de revoluções, de guerras civis e de outros acontecimentos de ruptura (DIMOULIS; MARTINS, 2018, p. 15).

Após a Segunda Guerra Mundial o constitucionalismo se firmou na estrutura dos ordenamentos jurídicos na Europa através de constituições mais rígidas e com o controle de constitucionalidade. E por consequência houve uma mudança nas condições de validade das leis ligadas aos seus conteúdos entre todos principalmente a igualdade e os direitos fundamentais (FERRAJOLI, p.17, 2014).

O constitucionalismo garantista de Ferrajoli, por sua vez demonstra o desenvolvimento do positivismo jurídico e do estado de direito e da democracia, tendo as leis positivadas com o objetivo de acabar com as violações e censurar quem as violas, bem como a garantia dos direitos de todos (FERRAJOLI, p.17, 2014).

Material e Métodos

A metodologia utilizada para a presente pesquisa de iniciação científica se deu através do método dedutivo, partindo de uma premissa geral do projeto de



pesquisa principal, para uma determinante específica.

O procedimento metodológico se deu através de revisões bibliográficas, reunindo livros e publicações especializadas (principalmente no banco de dados online da Revista dos Tribunais – RTonline e no banco de dados do Google acadêmico). O referencial teórico usando as obras de Luigi Ferrajoli. Foi realizada uma busca documental no banco de dados do Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de localizar julgados relacionados ao tema. E por fim, será produzido um artigo científico baseado na pesquisa feita, para apresentá-lo em eventos científicos e publicá-lo.

Resultados e Discussão

Em consonância ao cronograma de execução, foi feito até o momento o levantamento bibliográfico e documental de obras como periódicos, artigos, livros, bem como foi feita a revisão bibliográfica e documental.

Em 06 de outubro de 2021, nos reunimos para definir como se daria o projeto nestes tempos de pandemia e ficou definido que daríamos continuidade através de encontros de forma remota. No dia 20 de outubro de 2021, iniciamos a discussão do Livro de Ferrajoli chamado “La Democracia através de los derechos: El constitucionalismo garantista como modelo teórico y como proyecto político.”

Combinamos que cada componente do grupo faria a apresentação de um capítulo do livro acima mencionado e os encontros se dariam de maneira virtual de quinze em quinze dias. Após todos terem apresentado um capítulo do livro, realizamos uma reunião para definir o sumário do artigo científico a ser produzido, realizada no dia 13 de janeiro de 2022.

Cada membro do grupo ficou responsável por um tópico do artigo científico, bem como entregamos a primeira parte no final de fevereiro para as correções. Atualmente o artigo científico está em fase de correções para ser publicado.



Considerações Finais

Por meio dos estudos foi possível observar que historicamente, o constitucionalismo assumiu uma matriz individualista e formal, oriunda do pensamento liberal que unificava os principais fundamentos burgueses: origem popular do poder direitos individuais, propriedade e liberdade, e limitação da atividade estatal, amparada na garantia destes direitos. Desta forma, toda sociedade em que não for assegurada a garantia dos direitos e separação dos poderes não tem Constituição. (LIMA, p. 62, 2020)

Após a segunda guerra mundial o constitucionalismo se firmou na estrutura dos ordenamentos jurídicos na Europa através de constituições mais rígidas e com o controle de constitucionalidade. E por consequência houve uma mudança nas condições de validade das leis ligadas aos seus conteúdos entre todos principalmente a igualdade e os direitos fundamentais. (FERRAJOLI, p.17, 2014)

O constitucionalismo garantista de Ferrajoli por sua vez demonstra o desenvolvimento do positivismo jurídico e do estado de direito e da democracia, tendo as leis positivadas com o objetivo de acabar com as violações e censurar quem as violas, bem como a garantia dos direitos de todos. (FERRAJOLI, p.17, 2014)

Agradecimentos

A principio, agradeço ao Professor/Orientador Rodrigo Pereira Moreira, por ter dado vida ao projeto. Posteriormente, agradeço a Universidade Estadual de Goiás que sempre incentiva seus discentes para que possam iniciar na pesquisa científica e isto é trivial para o desenvolvimento do estudante no âmbito social.



Referências

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

FERRAJOLI, Luigi. **Derechos e Garantías: La Ley del más débil**. Editorial Trotta, Bologna, Itália, 2010.

FERRAJOLI, Luigi. **La democracia através de los derechos. El constitucionalismo garantista como modelo teórico y como proyecto político**. Madrid: Editorial Trotta, 2014.

FERRAJOLI, Luigi. **Los fundamentos de los derechos fundamentales**. Editorial Trotta, Bologna, Itália, 2009.

LEBA, Thalles Furtado. Supremacia judicial e competências monocráticas: duas críticas sobre a atuação do supremo tribunal federal ao longo de 30 anos de vigência da constituição federal de 1988. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, Vol. 23, N. 9, p. 147 – 171, 2019 [recurso eletrônico]. Disponível em: www.indexlaw.org. Acesso em: 17/10/2020.

LIMA, Flávia Danielle Santiago. **Democracia, inclusão e direitos sociais no supremo tribunal federal: o julgamento da constitucionalidade da lei brasileira de inclusão na adi 5357**. Direito e desenvolvimento, João Pessoa, Vol. 7, N. 13, p. 59 – 78, 2016 [recurso eletrônico]. Disponível em: www.unipe.br. Acesso em: 17/10/2020.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



AS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM DO SETOR PEDRO LUDOVICO DE GOIÂNIA: ENTRE A OCUPAÇÃO E A VERTICALIZAÇÃO

Laís Nolasco Ribeiro ^{1*} (IC), Deusa Maria Rodrigues Boaventura ² (PQ)

¹ Bolsista de Iniciação Científica da UEG modalidade PIBIC/UEG, graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEG. laisnolasco12@gmail.com

² Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás, Anápolis-GO

Universidade Estadual de Goiás, Campus de Ciências Exatas e Tecnológicas Henrique Santillo, B 153 nº 3105 – Anápolis - GO

Resumo: O objetivo geral da pesquisa é compreender e analisar o processo de construção da paisagem do Setor Pedro Ludovico. Mediante a compreensão desta região como uma nova centralidade de Goiânia, visa-se identificar as características de tais paisagens segundo as diferentes lógicas de ocupação e crescimento do bairro. Nesse processo, há uma leitura do contexto histórico do bairro a fim de entender as particularidades e determinantes desse processo de ocupação, expansão e verticalização. Em Goiânia, desde a formação da cidade que a produção do espaço urbano é condicionado pelos interesses do setor privado e pela não legislação sobre o solo, como parte de um política de beneficiamento a determinadas classes sociais. A partir dessa problemática, que o presente trabalho se coloca em prol de analisar o processo de valorização do Setor Pedro Ludovico.

Palavras-chave: Valorização. Espaço urbano. Mercado imobiliário.

Introdução

Projetada para apenas 500.000 habitantes, Goiânia tem cerca de 1.555.626 habitantes, segundo estimativas feitas pelo IBGE em 2021. O intenso fluxo migratório



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



marca a história da cidade, e sua intensidade durante os anos de 1947 e 1960, fazem surgir em Goiânia diversos locais de ocupação irregular, apropriados pela população de baixa renda que foi desde o princípio marginalizada. Entre as primeiras ocupações e a aprovação do loteamento do Setor passaram-se mais de uma década. Nesse meio tempo a cidade de Goiânia enfrentava sua primeira grande expansão e diversas intervenções do estado para conseguir abarcar a demanda do contingente populacional.

Na década de 1950, novos bairros surgiram (Setor Bueno e Setor Jardim Goiás) inseridos na malha urbana de modo desconexo com o centro. A expansão do Setor Sul demorou a ocorrer, ainda assim, ruas foram abertas em novos bairros para futuras ocupações. Mediante a este fenômeno, o espaço urbano de Goiânia é marcado pela redefinição da centralidade urbana. As novas centralidades são um fenômeno recente as cidades médias, onde surgem espaços com condições privilegiadas em relação aos centros tradicionais. Esses novos espaços tornam-se cruciais a reprodução do capital financeiro por deterem requisitos básicos como uma localização relevante, redes de transporte e comunicação, favorecendo a centralização dos estabelecimentos comerciais e de serviços (Oliveira Júnior, 2008).

Considerando a formação do espaço urbano e seu modo de desenvolvimento, o Setor Pedro Ludovico assume um papel mais decisivo nesse cenário, quando no início de 1950 intervenções no sistema viário da cidade propicia a ligação estrutural do Setor Pedro Ludovico com a região central da cidade. Ainda na década de 50 o Setor recebe um projeto urbanístico já com intenções de investimentos públicos na região.

Atualmente, a boa infraestrutura e o suporte de diversos equipamentos públicos e particulares contribuem para o bom funcionamento do Setor. Hoje os parques que o



rodeiam atuam como importantes vetores de crescimento e auxiliam para a intensificação da especulação imobiliária. As transformações observadas nos últimos anos são o reflexo desse conjunto de fatores que veem estimulando a reconfiguração urbana do bairro.

Material e Métodos

Inicialmente, a investigação voltou-se para a pesquisa exploratória, por meio do qual objetiva-se alcançar a maior familiaridade com o objeto de pesquisa e, assim, reunir a bibliografia que possa embasar as discussões sobre a paisagem construída do Setor Pedro Ludovico, com enfoques sobre o desenvolvimento do espaço urbano e agenciamento do mercado imobiliário. Como parte desse levantamento, contemplam-se os dados histórico-geográficos, políticos e sociais necessários a construção temporal das singularidades da paisagem local.

Simultaneamente, a pesquisa desenvolve-se mediante a uma proposta de leitura e embasada por discussões teóricas sobre a formação de novas centralidades urbanas e sobre as interpretações no discurso da paisagem. Metodologicamente, utiliza-se da leitura e interpretação da paisagem usando como referência as categorias de análise morfológica de Panerai (2014), procurando adaptá-la adaptada para acolher a sistematização que se almeja para a compreensão do processo de formação, ocupação e verticalização do Setor Pedro Ludovico.

Resultados e Discussão



Localizada da Região Sul de Goiânia, o Setor Pedro Ludovico é parte de uma das regiões mais valorizadas de Goiânia. Em 2010, segundo dados do IBGE, o bairro possuía 24.890 habitantes, sendo 11.690 homens e 13.200 mulheres. O Setor Pedro Ludovico como último loteamento implantado pelo Estado, foi uma extensa área de 3.846.705 m² que teve parte da área invadida na década de 1940. O loteamento Macambira, como assim ficou conhecido por muito tempo, recebeu um projeto urbanístico em 1958, realizado por Ewald Janssen, topógrafo alemão responsável pela realização de projetos de loteamentos em Goiânia.

Na perspectiva de inserção de um loteamento sobre uma área que já estava ocupada na década de 50 por uma população de classe social mais baixa, percebe-se a movimentação o Estado em prol da regularização do Setor Pedro Ludovico e retirada das invasões. Sobre este fato Gonçalves (2002) acrescenta que diversas famílias foram removidas e que o processo de demarcação do loteamento enfrentou represaria da população, conforme o documento de Janssen destinado a Eurico Godoi, Diretor do DEVOP.



Projeto de Janssen no Setor Pedro Ludovico – Paróquia do Botafogo. Fonte: Ewald Janssen [s.d.]h

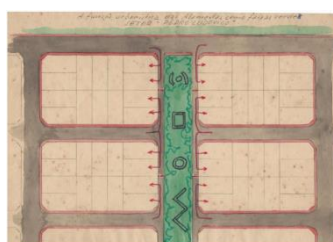
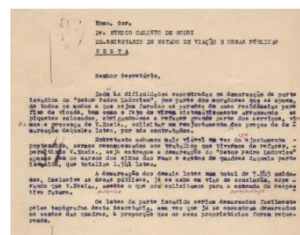


Ilustração de Janssen, orientando a função urbanística das Alamedas como faixas verdes, no SETOR "PEDRO LUDOVICO". Fonte: Ewald Janssen [s.d.]h



Correspondência de Ewald Janssen, endereçada a Eurico Calixto de Godoi - secretário do DVOP. Fonte: Ewald Janssen [s.d.]h

Com o intuito de compreender o processo de crescimento do Setor e buscar uma objetividade na leitura da paisagem urbana, a leitura dos mapas é realizada



utilizando-se das ferramentas de análise propostas por Philippe Panerai, para o que afirma sobre os elementos reguladores da formação do espaço urbano. Ao analisar as imagens do Bairro entre 1960 e 1980, observa-se que as áreas do Parque Areião e do Jardim Botânico representam limites de crescimento para os setores limítrofes ao Setor Pedro Ludovico e para o próprio bairro. Nas imagens é possível observar a nítida diferença entre a ocupação do Setor Pedro e das regiões opostas às áreas verdes, que se tratam de bairros estrategicamente pensados para uma nova centralidade.



Vista aérea
Parque Areião,
década de 60.
Fonte: Arquivo
AMMA



Vista aérea
Parque Areião,
década de 70.
Fonte: Arquivo
AMMA



Imagem aérea do Jardim
Botânico, 1975. Fonte:
Arquivo SEPLAM



Mapa geral do Setor Pedro
Ludovico. Elaborado pelo autor,
2022

A paisagem do Setor Pedro Ludovico é marcada por uma intensa variedade de comércios, serviços, residências e equipamentos públicos. Para se tornar uma área de centralidade, houve investimentos tanto da iniciativa privada quanto do poder municipal e estadual na instalação de importantes empreendimentos que impulsionam o desenvolvimento econômico, a diversificação de usos e promoção do desenvolvimento social, como demonstra o ranking geral de IDHM da Região Metropolitana de Goiânia, realizado em 2010, que coloca o Setor Pedro Ludovico: Parque Areião/Terminal Izidória entre os melhores classificados com IDHM de 0,937.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Sobre o contexto da infraestrutura, é possível observar que o setor dota de uma série de atividades produtivas e infraestrutura básica que fazem respaldo a valorização do solo urbano. O bairro conta com diversos equipamentos de saúde como clínicas e Hospitais, dentre eles o antigo Hospital Lúcio Rebelo, inaugurado em 1975, atual Hospital Adonai; o HUGOL (Hospital Estadual de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz) inaugurado em 1991; o IGOI (Instituto Goiano de Ortodontia e Implantes) inaugurado em 2006; a sede do IPASGO (Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás) inaugurado em março de 1999.

Dentre as vantagens do bairro, é preciso mencionar a que o sistema viário do Setor Pedro se estrutura em uma rede de fluxos entre importantes avenidas que interligam o com o restante da cidade. A interligação com física com os Setores Marista, Bueno e Jardim Goiás permitiram que o Setor Pedro pudesse se beneficiar do investimento do mercado imobiliário sobre estes bairros.

O Setor Marista e Setor Bueno, que experimentaram em maior grau os efeitos da especulação imobiliária, sua paisagem urbana é composta por prédios de alto padrão e uma grande diversidade em serviços e equipamentos. O Setor Marista, desmembrado do Setor Pedro Ludovico em 1962, possui uma área de aproximadamente 2,74 km², são 126 quadras, sendo 94 quadras passíveis a adensamento, segundo o Plano Diretor de Goiânia de 2020.

No que diz a valorização dos terrenos da Região Sul de Goiânia, precisamos destacar que, nos dados apresentados por MARINHO, C.B., podemos observar que os Marista e Bueno, tiveram uma valorização dos terrenos expressiva de 1994 a 2002, como consequência do processo de especulação imobiliária, visto que, até meados de 1980 estes bairros ainda não tinham sido totalmente ocupados. Em contrapartida, o Setor Pedro Ludovico em 1980 permanece praticamente todo ocupado, onde a



baixa valorização da terra viabilizou a consumo da terra pelas camadas sociais mais baixas. Este cenário elucida o que Moysés (2004, p.195) aponta como uma cidade fracionada e fragmentada.

Após o ano de 2002, uma pesquisa realizada por Flávia Maria de Assis Paula, para Dissertação de Mestrado em Geografia, mostra a valorização dos terrenos do Setor Pedro em uma projeção de um ano. Em janeiro de 2002 o valor do m² foi de R\$ 66,67 para R\$ 100,00 em janeiro de 2023, o equivalente a um aumento de 50% em um ano.

De acordo com o novo Plano Diretor aprovado recentemente, a região Sul de Goiânia torna-se a área com a maior quantidade de quadras adensáveis e passível a receber os maiores prédios da cidade, de modo a dar continuidade ao processo de verticalização que a região vem passando nas últimas décadas. Portanto, a pesquisa levanta a perspectiva de que o Setor Pedro Ludovico ainda irá passar por grandes transformações em sua paisagem e já está passando por uma valorização no mercado imobiliário é o que o que Moysés (2014) relaciona com a valorização das áreas públicas, em especial as praças e parques. A valorização dos espaços públicos e áreas verdes na década de 90 e o investimento das imobiliárias em tornar estes espaços atrativos ao lazer, foi um salto para a economia da região.

Considerações Finais

Diante do levantamento e mapeamento de dados, é possível verificar os impactos gerados sobre a paisagem, decorrentes das transformações política e econômicas que assinalaram o cenário goiano a partir de 1970 e, consequentemente, impulsionaram o adensamento urbano e a verticalização da Capital goiana. As



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



transformações que aconteceram no Setor Pedro Ludovico evidenciam o vínculo histórico, principalmente na forma como a região vem se estruturando de forma mais lenta para receber a verticalização, que hoje está concentrada a região do bairro mais próxima ao Parque Areião.

O estudo do Setor Pedro Ludovico traz como elucidativo a compreensão das mudanças socioeconômicas pelo qual o bairro vem passando devido ao fenômeno de especulação imobiliária. Ainda que a origem do bairro remonte a uma ocupação ilegal do uso do solo urbano, mediante investimentos públicos e privados e através da valorização de áreas vizinhas, resulta em uma série de processos administrativos para desocupação de ocupações ilegais. Podendo-se prever que os anos seguintes serão marcados por uma nova configuração espacial para o bairro, com novas apropriações de uso e ocupação.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à professora Dr^a. Deusa Maria Boaventura pela oportunidade e confiança depositada durante esse processo de pesquisa. Agradeço também por todo conhecimento transmitido e por cada hora dedicada a nos orientar. Agradeço também aos profissionais dos Institutos colaborativos que se mantiveram dispostos a nos ajudar mediante compromisso com a pesquisa e com o ensino. Agradeço especialmente à minha família e meus amigos, sempre grandes apoiadores de todas as minhas conquistas.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Referências

BOAVENTURA, Deusa Maria R. A construção da paisagem construída do centro tradicional de Goiânia. Anápolis/GO: **Projeto de Iniciação Científica**, 2017. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Goiás.

COSTA. Fernando Viana. **Um ornitorrinco no cerrado: Bairros populares e outros pioneiros na formação e expansão urbana de Goiânia**. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH). Programa de Pós-graduação em História, Catalão, 2017.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano**. São Paulo: Editora PINI, 1990.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas), 2002.

GUIMARÃES, Leandro Davi. **GOIÂNIA, A 'CIDADE DESPLANEJADA' DO OESTE (1950/1980): Reflexões sobre a capital goiana nos aportes da Coleção Ewald Janssen**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Anuário de dados dos censos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

MENDES, Julianna Fernandes. **UMA CIDADE PARA O CAPITAL: ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E DÉFICIT HABITACIONAL EM GOIÂNIA (1933-1964)**. Goiânia/GO:



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Goiás, 2013.

MOYSES, Aristides. **Goiânia: Metrópole não planejada**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

OLIVEIRA, Simone Borges Camargo, FROTA, José Artur D'Aló e CAIXETA, Eline M. M. Pereira. **Paisagem urbana em transformação: Visões aéreas de Goiânia no período de 1960 a 2000**. Belo Horizonte: 4º Colóquio Ibero-Americano, paisagem cultural, patrimônio e projeto. 26 a 28 de set., 2016.

OLIVEIRA JÚNIOR, Gilberto Alves de. **Redefinição da Centralidade Urbana em Cidades Médias**. Brasília/DF: Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de Brasília – UnB, 2008.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora da UNB, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História, memória e centralidade urbana**. Goiânia: Revista Mosaico. V1, n.1, jan./jun. de 2008.

SCHIER, R. A. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia**. R. RA'E GA, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR.

ZÁRATE, Halina Veloso; PANTALEÃO, Sandra Catharinne. **Análise da fragmentação urbana em Goiânia o Caso do Botafogo**. Estudos (Goiânia. Online), v. 41, p. 137-154, 2015.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Do conceito do monumento: Revisão e perspectivas.

Geovanna Castro Meireles (IC)*¹; Milena d'Ayala Valva (PQ)*². geovanna0699@gmail.com

secretaria.campuscentral@ueg.br

Resumo: Essa pesquisa teve como objetivo principal elaborar uma revisão teórica sobre a transformação do conceito de monumento, colocando luz na compreensão que temos atualmente, considerando também que em muitos casos esse termo é utilizado como sinônimo do conceito de patrimônio. Indicando, portanto, uma outra reflexão sobre os limites e distorções em torno de um debate que deve ser mais claro e difundido. De fundamental importância, foi necessário revisitar os principais autores que elaboraram com densidade reflexões sobre essa temática, e que são considerados os clássicos que norteiam vários outros estudos. O Trabalho do austríaco Alois Riegel "O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese" de 1903. Françoise Choay é a autora que liga todas as ideias, articula as contribuições de outros autores, que apesar de importantes aparecerão nesse estudo sob a ótica dessa historiadora, referência na compreensão dos deslocamentos conceituais e da análise crítica da consagração do monumento histórico, veículo da invenção de comportamentos tão exacerbados na atualidade.

Palavras-chave: memória.patrimônio.atualidade.debate.pesquisa.homenagem.

Introdução

O sentido dado aos monumentos já há algum tempo não é mais o mesmo de uma época em que se escrevia a história de fatos ou personagens notórios por meio da construção de elementos como arcos do triunfo, estátuas, jazidos, obeliscos, entre tantos outros. A função memorial de um monumento mudou,



ampliou e alcançou objetivos, forma e conteúdo que ainda estão em transformação. Esses monumentos, no sentido mais tradicional, serviam a uma função comemorativa e que segundo a historiadora Françoise Choay (2001), seguiram e seguem levados pelo hábito, numa perspectiva muito formal e insignificante.

Se antes, o monumento cumpria uma função e expectativas específicas, atualmente a ampliação do conceito tem atingido níveis ainda em transformação, que requerem análise, pesquisas e amadurecimento. No sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, monumento seria portanto, uma obra criada pela mão do homem e edificada com um propósito preciso, o de conservar a lembrança de uma ação e/ou destino para as gerações futuras (RIEGL. 2006 pg; 43).

Material e Métodos

Por se tratar de uma pesquisa com foco na revisão bibliográfica, os procedimentos metodológicos se basearam na leitura e fichamento de obras de referência sobre o tema para a construção de um quadro expositivo e crítico.

Nessa pesquisa portanto, a metodologia foi pautada em pesquisa bibliográfica e documental, possibilitando a fundamentação acerca do tema e apoiando a elaboração do texto final. Além de debate no grupo de pesquisa, questões da atualidade, inserindo o contexto de Anápolis e Goiânia foram fundamentais para solidificar o debate teórico desenvolvido nesse trabalho.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Resultados e Discussão

De acordo com Choay (2001), o monumento tem por finalidade fazer reviver um passado. Para Le Goff, os momentos são a herança do passado, são sinais do passado. Le Goff (2003) afirma que o que sobrevive do passado (documentos ou monumentos) é uma escolha efetuada por forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade e pelos historiadores (LE GOFF, 2003 p. 525).

O monumento atua como um dispositivo que nos auxilia a lembrar, a acessar a nossa memória, a memória que nos interessa é aquela coletiva, de um povo. O sociólogo francês Maurice Halbwachs (2004), apresenta a memória como um fato social, de natureza social, que exerce influência sobre a história, a linguagem, a política e que contribui para a construção de a identidade da sociedade e dos espaços urbanos de uma cidade. Os monumentos são documentos, acervos da histórica, são criações marcadas social e historicamente (FREIRE, 1997).

O sentido original do termo, o mais tradicional, ligado à uma construção intencional para rememorar e informar alguma coisa, foi amplamente difundido em diferentes contextos geográficos e culturais. Apesar da universalidade, reviviam os passados particulares de comunidades específicas (Choay, 2001, pg. 141). Foi analisando o século XVI, a renascença, que Riegl (2003) definiu o conceito de monumento histórico, a partir de valores que foram sendo adquiridos ao longo da história e impregnados de outros valores como os estéticos, ou o de anciandade, às marcas que o tempo imprime, indicando as espessuras do tempo, dos graus de conservação, por exemplo. Além de localizar também os valores de contemporaneidade, de novidade. A noção de que monumentos não intencionais,



estão carregados de um sentido artístico e histórico, que antes eram desconsiderados, para Riegl, “chama-se obra de arte a toda obra humana tangível e visível, ou audível, que apresente valor artístico, e chama-se monumento histórico a toda obra análoga que possua valor histórico” (RIEGL, 2003, PG; 44).

No campo da arquitetura e urbanismo, é possível visualizar um quadro de evolução da ideia de patrimônio como monumento, a partir do conhecimento dos conteúdos das Cartas Patrimoniais, documentos produzidos por especialistas da área de preservação desde a década de 1930. Essa perspectiva, revela que os contextos históricos, econômicos, políticos ao longo dos tempos, vão modificando e ampliando a noção do que é considerado monumento.

Figura 01. QUADRO SÍNTESE EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE MONUMENTO NA CONCEPÇÃO DO PATRIMÔNIO A PARTIR DAS CARTAS PATRIMONIAIS.

CARTALOCAL	ANO	CONCEITO DOMINANTE MONUMENTO
CARTA DE ATENAS	1933	Monumento isolado, excepcional (valor interesse histórico, artístico ou científico)
RECOMENDAÇÃO NOVA DELHI	1956	Monumentos arqueológicos. Vestígios arqueológicos interesse ponto de vista da história
RECOMENDAÇÃO DE PARIS RELATIVAS À SALVAGUARDIA DA BELEZA E DO CARÁTER DAS PAISAGENS E SÍTOS	1962	Ampliação da ideia do construído para a beleza das paisagens e aos sítos naturais cuja formação se deve no todo ou em parte à obra do homem. (embora ideia patrimônio cultural e patrimônio natural)
CARTE DE VENEZA	1964	Noção de monumento histórico, da criação isolada à ideia de sítio urbano ou rural, não só as grandes obras mas também às obras modestas. (Monumento como testemunho de uma civilização particular, independente da escala)
CONFERENCIA DE PARIS	1964	Monumento como bem cultural, bens móveis imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país. Obras de arte e de arquitetura, manuscritos, documentos etnológicos, espécies-tipo da flora e fauna, coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos incluindo arquivos musicais.
NORMAS DE QUITO	1967	Ideia de monumento estendido ao contexto urbano, ao ambiente natural que o envolve e aos bens culturais que encerra. Lugares pitorescos e beleza naturais Necessidade de Declaração de monumento pelo Estado (Monumento Nacional).
CONVENÇÃO DE PARIS	1972	Monumento como patrimônio cultural Natural. São considerados monumentos: - obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura "monumentais" (grão nosso), elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um "valor universal excepcional" (grão nosso) do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. - os conjuntos arquitetônicos (valor universal excepcional) - os lugares (valor universal excepcional) - Patrimônio Natural (sítos, formações geológicas, formações físicas e biológicas) * critério dominante no documento: <i>valor universal excepcional</i>
CARTA DE RESTAURO (ITALIA)	1972	Monumento: todas as obras de arte de qualquer época. Desde monumentos arquitetônicos até as de pintura e escultura, fragmentos antigos, erudito, culturas populares, arte contemporânea. Além disso, conjunto de edifícios de interesse "monumental" (grão nosso), histórico ou ambiental, centros históricos, coleções artísticas, jardins e parques de especial importância.
RESOLUÇÃO DE SÃO DOMINGOS (REPUBLICA DOMINICANA)	1974	Centros históricos como monumentos. Determinação da função monumental integrada com melhoramento da estrutura social existente.
*DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ	1975	(primeira concepção que questiona o valor de excepcionalidade e retira a palavra monumentos das considerações)
RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI (aparecimento da dimensão da ambiência urbana)	1976	Conjuntos históricos ou tradicionais como patrimônio. Agrupamentos, espaços, sítos arqueológicos e paleontológicos, qualquer assentamento humano no meio urbano ou rural; bairros antigos, aldeias e lugares, conjuntos monumentais homogêneos. *Inserção da categoria de "ambiência", ou seja, a percepção estética ou dinâmica desses conjuntos e como a eles se vincula no espaço por meio de laços sociais, econômicos ou culturais.
DECLARAÇÃO DO MÉXICO	1985	Identidade Cultural (diversidade das realizações humanas, o particular, peculiaridades culturais) Patrimônio Cultural compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e os conjuntos de valores que são sentidos à vida. Obras materiais e não materiais que expressam a criatividade de um povo: a língua, os ritos, as canções, os lugares e monumentos históricos, a cultura as obras de arte e os arquivos e bibliotecas.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Elaboração nossa. Fonte: Cartas Patrimoniais (IPHAN, 1995).

Considerações Finais

A ideia de monumento hoje se confunde com a própria ideia de patrimônio, conceito que também vem sofrendo modificações, alargando a noção daquilo que representa os feitos, objetos, tradições e saberes de um povo tanto materiais como imateriais, onde o fator cultural sobrepõe fatores de antiguidade e de arte. O monumento tradicional não só está sendo colocada em revisão, como também o conteúdo dos monumentos que estão estampados nas nossas cidades está sendo reavaliado por meio de revisões históricas, resistências e pela constatação de que muito da nossa história memorial, é uma visão parcial que pode ser repensada e questionada, mesmo com a permanência sendo um fator fundamental para a própria existência do monumento.

Agradecimentos

Agradeço à instituição UEG pela bolsa PBIC concedida, à minha orientadora Milena D'Ayala e ao colega de Iniciação Científica, João Pedro de Oliveira Santos.

Referências

BENJAMIN, WALTER. **Obras escolhidas**. São Paulo: editora brasiliense, 1986.

CASTRIOTA, Leonardo B. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas,**



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CARSALADE, Flavio. **A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural.**
Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2014.

Cadernos de Documentos n. 3. **CARTAS PATRIMONIAIS.** Ministério da Cultura.
Brasília: IPHAN, 1995.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Unesp, 2001.

DICIONÁRIO (online), Disponível < <https://www.dicio.com.br/monumento>>.

FREIRE Cristina. **Além dos mapas.** São Paulo: Annablume, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

LE GOOF, Jacques. **Memória e História.** Campinas: Editora Unicamp. 2003.

RIEGL, ALOIS. **Culto moderno aos monumentos.** Goiânia: Editora PUC-GO,
2006.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



GÊNERO E SEXUALIDADE NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL (2015 - 2020).

Roziane Nunes Muniz, Estudante (IC)*, roziane2064@gmail.com, UEG,(UnU – Iporá)
Douglas Santos Mezacasa, professor orientador, UEG,(UnU – Iporá)

Resumo: Este artigo tem por finalidade investigar os casos contenciosos da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CtIDH) sob a perspectiva do gênero e sexualidade entre o período de 2015 a 2020. A efetivação dos direitos das mulheres e pessoas LGBTQIA +, percorreu um longo caminho de conquistas e de luta pela proteção dos direitos coletivos à diversidade sexual, assim foram estudadas a jurisprudência da CtIDH no respaldo do direito à diferença, à igualdade e à diversidade. A análise jurisprudencial dentro da Função Contenciosa da CtIDH, tem o intuito de verificar a efetivação dos direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQIA +, em âmbito nacional e internacional, enquanto grupos vulneráveis das minorias sociais. Assim, constatou-se a importância das medidas recomendadas pela CtIDH para o avanço ao direito ao gênero e à sexualidade, identificando os desafios para a implementação de medidas de reparação e na plena efetivação dos direitos reservados aos grupos vulneráveis.

Palavras-chave: Corte Interamericana de Direitos Humanos. Mulheres. Pessoas LGBTQIA +. Direitos Humanos.

Introdução

Durante o percorrer da história humana diversos atos desumanos foram



praticados contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ nos quais são caracterizados pela violência e a discriminação em razão do gênero e da sexualidade. A problemática da identidade de gênero e sexual, presentes em diversas instituições da sociedade, foi desenvolvida por discursos que fortalecem a representação binária do gênero contrapondo-se às variadas formas de expressar a sexualidade. Sendo assim, as mulheres e as pessoas LGBTQIA + devido a sua indefensabilidade, fazem parte do grupo vulnerável e das minorias sociais, sendo indivíduos que carecem de instrumentos efetivos que assegurem os seus direitos humanos (MAZZUOLI, 2019, p. 267).

Diante do exposto, este artigo tem por finalidade analisar o posicionamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos nos casos julgados entre o ano de 2015 a 2020 sob a perspectiva contemporânea de gênero e a sexualidade em conformidade com as legislações internacionais e nacionais. A pesquisa tem o intuito de verificar a aplicação dos direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQIA +, bem como, analisar os segmentos dos órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos, em especial Corte Interamericana de Direitos Humanos e os feitos da Função Contenciosa. Como também, contextualizar a área pertencente ao Direitos Internacional dos Direitos Humano, na qual refere-se aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIA +.

Material e Métodos

A pesquisa fundamentou-se em pesquisa teórica e de levantamento documental para sua execução, estruturando o estudo entre referenciais teóricos e o regulamento internacional. Assim, foi realizada uma investigação e análise de documentos oficiais fornecidos pelo site da CtIDH sobre os casos contenciosos entre



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



2015 a 2020 relacionados com gênero e sexualidade e demais artigos, livros e relatórios referentes à atuação da CtIDH, temáticas pertinentes que dialogam com referencial teórico sobre corpo, sexualidade, expressão de gênero e direito. Como também, foi utilizada e aplicada ao acervo de leitura para a produção do artigo a legislação do Direito Internacional e a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Resultados e Discussão

O produto maior desta pesquisa foi a produção do artigo intitulado “Gênero e Sexualidade na Corte Interamericana de Direitos Humanos: uma análise jurisprudencial (2015 - 2020)”. Além do conhecimento adquirido durante a pesquisa acerca das noções sobre gênero e sexualidade e a estrutura da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em especificidade a Função Contenciosa, outro ponto aprimorado como resultado da pesquisa foi a respeito da concretização dos direitos humanos tanto das mulheres como das pessoas LGBTQIA + e a necessidade do aprimoramento das legislações internacionais e nacionais.

Ao analisar os casos contenciosos nos anos de 2015 a 2020 sentenciados pela CtIDH, obteve-se como resultado da pesquisa 7 casos contenciosos relacionados com a violação de direitos das mulheres e 3 casos contenciosos referentes a violação de direitos das pessoas LGBTQIA +. Deste modo, as intervenções institucionais e políticas em torno da violência de gênero refletem uma visão heteronormativa, binária e patriarcal e, conseqüentemente, constata-se a invisibilidade de outras formas de violência. Contudo, o artigo produzido contém informações e dados importantes para servir de fundamento para demais pesquisas voltadas para a área dos Direitos Humanos das mulheres e das pessoas LGBTQIA +.



Considerações Finais

A implementação dos direitos humanos e as vertentes da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos implicou mudanças em questões tradicionais que propiciam os atos discriminatórios contra mulheres e pessoas LGBTQIA+. A partir da realização da pesquisa, analisa-se que os pareceres emitidos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no período entre 2015 a 2020, proporcionam o avanço ao direito ao gênero e à sexualidade, sendo fundamentais para erradicação de atos discriminatórios, consequentemente, a efetivação dos direitos humanos.

Em referência à implementação de medidas de restauração, tais efeitos sucederão a partir dos desafios observados pela reprodução heteronormativa construída pela sociedade capitalista e patriarcal reflete nas condenações. Assim é necessária a luta pelo avanço da liberdade e do direito à diversidade sexual das mulheres e das pessoas LGBTQIA +, visto que alguns Estados signatários ainda não deram o efetivo cumprimento aos pareceres contenciosos da Corte Interamericana. Em síntese, compreende-se a importância dos estudos sobre as identidades de gênero e sexuais para o conhecimento destas temáticas contemporâneas e efetivação dos direitos humanos das mulheres e pessoas LGBTQIA +.

Agradecimentos

Agradeço à Universidade Estadual de Goiás - UnU de Iporá que diante dos desafios enfrentados na rede superior de ensino mantém-se comprometida com a qualidade e excelência do ensino, assim proporcionam a difusão do conhecimento por meio do X Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG (CEPE 2022), contribuindo com o desenvolvimento científico de seus discentes. Agradeço a todo corpo docente e administrativo da Unidade Universitária e em especial ao orientador,



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



professor e coordenador Douglas Santos Mezacasa. Assim, agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram com o desenvolvimento dessa pesquisa.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei Maria da Penha)**. Brasília, DF: Senado Federal. 2006.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direitos humanos**. 6º ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

MEZACASA, Douglas Santos. **A efetivação dos Direitos Humanos das pessoas transexuais: análise a partir da Opinião Consultiva nº 24/2017 da Corte Interamericana**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Jurídicas da UniCesumar: Maringá, 2018.

PIOVESAN, Flávia. **Direito Humanos e o direito constitucional internacional**. 14º ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Direito Humanos e o direito constitucional internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano/ Flávia Piovesan**. -5º Ed., rev., ampl. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2014.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



O PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO E A PAISAGEM DO SETOR MARISTA.

Dheovanna Paula da Costa^{*1}(IC), Deusa Maria Rodrigues Boaventura ²(PQ).

¹ Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEG, modalidade PIBIC/UEG – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UEG. Campus de Ciências Exatas e Tecnológicas da Universidade Estadual de Goiás, dheovannapaula1@outlook.com

² Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás, Anápolis-GO.

Resumo: O fenômeno da verticalização urbana é um processo decorrente do aumento populacional e o consequente crescimento das cidades. Deste processo advém a construção de inúmeros edifícios de grande porte, concentrados em determinada região. A partir dos anos 1980 o processo de verticalização urbana se torna mais marcante e perceptível para as pessoas. Na cidade de Goiânia, no que tange ao setor Marista, nota-se uma incisiva mudança na paisagem local, quando esta região passa a ser considerada como uma nova centralidade. Esta localidade, tida como nobre no imaginário goiano, é alvo de grandes investimentos em infraestrutura urbana e equipamentos públicos, consequentemente, se consolida como uma região de centralidade sendo altamente visada pela especulação imobiliária. Esta valorização exarcebada amparada pelo Estado e pelos agentes imobiliários, culminam em uma lógica de descontrole e especulação, que inevitavelmente corroboram para a mudança da paisagem desta região. No caso do Marista, um dos grandes aspectos de mudança na paisagem se concentra no processo de verticalização.

Palavras-chave: Descaracterização. Especulação. Centralidades.

Introdução

Em meados do século XX a verticalização teve seu início marcado no país, acontecendo primordialmente nas capitais de Rio de Janeiro e São Paulo, se estendendo posteriormente em cidades de grande e médio porte, Bellorio (2013). Este



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



processo influi diretamente na dinâmica das grandes cidades estando intrinsecamente ligado a fatores como a discussão sobre questões sociais, econômicas, ambientais e urbanas, como citado por Bellorio (2013).

Na cidade de Goiânia, o processo de verticalização ocorre de maneira mais incisiva no centro da cidade, cerca de vinte anos após sua fundação, no final dos anos de 1950. Por mais que Atílio Correa Lima tenha delimitado uma verticalização de até seis pavimentos no plano urbanístico da cidade de Goiânia, posteriormente essa estimativa é ultrapassada. Com a construção de Brasília, Goiânia passa por um rápido crescimento populacional, se expande aceleradamente e se consolida com uma nova lógica de ocupação, surgindo assim uma nova paisagem construída, uma paisagem vertical.

A discussão sobre o processo de expansão de Goiânia evidencia também que o Estado foi um agente que favoreceu o adensamento exagerado e pontual de alguns bairros, como é o caso do Setor Marista. Este adensamento intencional de algumas localidades acaba por formar as chamadas centralidades.

A partir dos anos 1980 o processo de verticalização urbana se torna mais marcante e perceptível para as pessoas, com isso os estudos acerca da mudança da paisagem urbana passam a se destacar. Na cidade de Goiânia, no que tange setor Marista, nota-se uma incisiva mudança na paisagem local ao se analisar e comparar fotos da região em décadas distintas, sobretudo em locais com grande infraestrutura e equipamentos públicos como praças e áreas verdes.

Desta forma, o trabalho intenta compreender o processo de transformação da paisagem urbana do Setor Marista, contido na região sul de Goiânia, investigando o momento em que a região central deixa de ser única, ocorrendo a formação de novas centralidades e como estes novos centros funcionam dentro da malha urbana. No recorte referido ao Setor Marista, houve o intuito de retomar a criação do bairro, sua



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



consolidação em uma nova centralidade assim como sua materialização no imaginário coletivo goiano como um lugar nobre na cidade.

Por conseguinte, visa-se elucidar que mecanismos favoreceram para que o fenômeno da verticalização urbana fosse implantado nesta região e como este resultou na modificação de sua paisagem original. Assim, a pesquisa tem como objetivo reunir novos dados acerca desta localidade e avançar na reflexão crítica sobre os fenômenos urbanos da contemporaneidade que vem ocorrendo na capital goianiense.

Material e Métodos

Primeiramente a investigação se concentrou na pesquisa exploratória, a fim de reunir bibliografia suficiente para a compreensão dos fenômenos urbanos de verticalização e das transformações da paisagem. Houve o levantamento e estudo do Plano Diretor da cidade de Goiânia, bem como a legislação referente a questão da verticalização. Dados históricos sobre o bairro em questão foram estudados assim como foram levantados e analisados mapas, imagens aéreas e fotografias da região para o discernimento da evolução da paisagem construída do local.

Após essa etapa ocorreu a sistematização de uma linha histórica do bairro que elucidou os principais momentos de transformação da paisagem, apresentando as motivações que contribuíram para tais mudanças. Por conseguinte, houve a reflexão sobre a situação atual do Setor Marista partindo da análise, organização e síntese dos dados levantados durante a pesquisa.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Resultados e Discussão

A cidade de Goiânia nasce sob os conceitos modernistas de Atílio Correa Lima, na década de 1930. Planejada para cerca de 50 mil pessoas, atualmente, ocupa o status de sede de uma região metropolitana que possui 20 municípios com média de 2,5 milhões de habitantes, destes cerca de 1,4 milhões vivem na capital. Para Máximo (2019), este crescimento, em muitos momentos de sua história foi desordenado, contrariando o ideal inicial de sua construção prevista em projeto.

O acelerado crescimento da cidade de Goiânia, inferiu na criação de novas centralidades e o consequente deslocamento para estas áreas que despontavam. Em suas primeiras décadas o Centro de Goiânia foi sinônimo de centralidade e desenvolvimento, abrigando os principais equipamentos urbanos. Entretanto, com a expansão da cidade e o surgimento de novas centralidades, ocorreu a migração de vários equipamentos para essas novas regiões.

Em meados dos anos de 1980, segundo Moyses (2004), o Setor Marista surge como uma destas novas centralidades, devido ao deslocamento de pessoas que se dirigiam para o bairro assim como para o Setor Bueno. Nascido pelo desmembramento da Fazenda Macambira e beneficiado pela legislação municipal nº 4425 de 1971, é um setor que se destaca pelo investimento massivo por parte do poder público e de imobiliárias, criando assim uma espécie (...) de “bolhas de consumo” sobre o espaço urbano da cidade, que abriga uma grande diversidade de serviços destinados a atender à sua população interna (de alto poder aquisitivo), sem que essa precise se ausentar dali, Ferreira Júnior (2007).

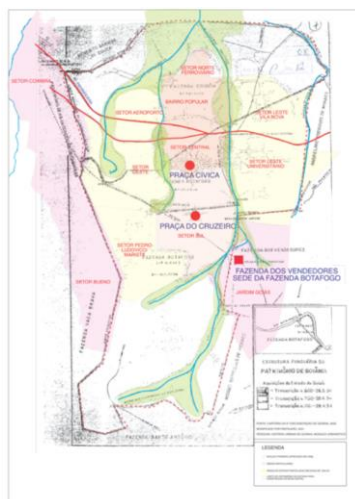


Figura 1 e 2: Delimitação das terras adquiridas pelo Estado para implantação de Goiânia com destaque ao núcleo pioneiro (laranja) e os bairros incorporados em 1947; Lei Municipal nº 4425 de 04/01/1971, perímetro e definição do Setor Marista.

Fonte: Pantaleão, 2021; Acervo da Prefeitura, 2019.

No que tange ao recorte do Setor Marista, é notório afirmar que este faz parte de uma região claramente privilegiada dentro da malha urbana goiana. Dessa forma, Marinho (2006) aponta que a Região Sul da cidade, que compreende também ao Setor Marista, atraiu a instalação de atividades econômicas devido sua abrangente ocupação, isto infere diretamente na qualidade da infraestrutura do local, assim como investimentos da construção civil a partir da década de 1970.

A verticalização do setor Marista infere na mudança da paisagem do bairro, por vezes amparada por ações de imobiliárias, também é corroborada pelo Estado. Bellorio (2013) cita que, o Plano Diretor de 2007 também abrangeu as áreas reconhecidas como vazios urbanos na Região Sul da capital, onde localiza-se o Setor Marista, apresentando uma taxa de crescimento de apenas 0,50% entre os anos de 1991 e 2000. No entanto, investimentos realizados pelos agentes imobiliários nessas regiões provocaram uma tendência de apropriação, causando aumento significativo da densidade demográfica nos anos posteriores, caracterizados por uma



verticalização intensa, amparada no Plano Diretor.



Figuras 3, 4 e 5 –Aerofotogrametria de 1968 com destaque ao atual Setor Marista; Marista em 1988; Marista em 2022.
Fonte: Pantaleão, 2021; IPLAN; Google Earth.

É notório afirmar que o Setor Marista, assim como outras centralidades na cidade de Goiânia, teve sua verticalização hiperbólica resguardada pelo poder público, pela ação das imobiliárias e pelos planos diretores. Bellorio (2013) assinala a convivência do Plano Diretor de 2007, no entanto, esse amparo segue no atual Plano Diretor de 2022. Segundo a edição de 7 de janeiro de 2022 do O Popular, com o novo Plano Diretor há a previsão do aumento de 16% em áreas de edifício e aumento de até 32,7% de área urbana.

Com as decisões deste novo plano, a população do Marista publicou uma carta aberta expondo seus temores acerca da estimulação da verticalização e do adensamento no bairro que tendem a ocorrer devido as novas regras do Plano Diretor de 2022. O desenrolar desta discussão ainda se encontra em aberto, mas é explícita a mudança da paisagem que se estabeleceu nesta região em recorte devido ao fenômeno da verticalização e esta, possivelmente, tende a se intensificar.

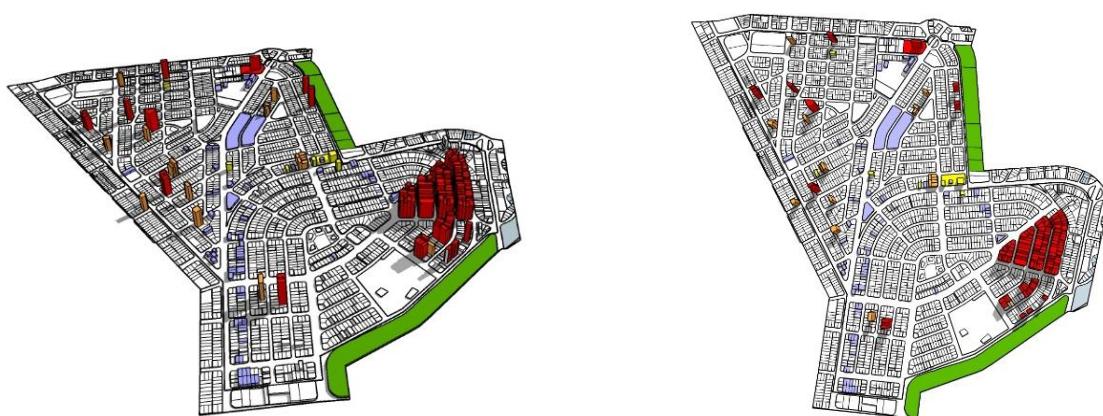


Figura 6 – Mapa mostrando a localização de edifícios com mais de 20 pavimentos no Setor Marista em 2022.
Fonte: Mapa elaborado pela autora com dados da Prefeitura de Goiânia.



Figuras 7, 8, 9 e 10 – Região do final do Parque Areião no Setor Marista, divisa com o Setor Pedro Ludovico; Verticalização na região do Parque Areião no Setor Marista; Panorama da verticalização no Setor Marista; Complexo de edifícios de alto padrão na rua 1138, Setor Marista.

Fontes: <https://www.youtube.com/watch?v=3GMdHGwCRvg>; <https://www.youtube.com/watch?v=3GMdHGwCRvg>; <https://www.youtube.com/watch?v=VE6TRBd-jXI>; <https://www.youtube.com/watch?v=fHhWuxFE4vc>.



Figuras 11 e 12: A verticalização atual do setor Marista representada em modelo 3d.

Fonte: Elaboração da autora.

Considerações Finais

A pesquisa teve como objetivo analisar o processo de transformação da paisagem construída do Setor Marista, partindo da observação do fenômeno da verticalização. Para compreender como este processo de descaracterização da paisagem ocorreu, buscou-se traçar um panorama elucidando como o deslocamento da população do Centro Tradicional de Goiânia para as chamadas novas centralidades trouxe mudanças de paisagem e de usos para o Setor Marista assim como seus arredores.

Por conseguinte, é seguro afirmar que, devido aos investimentos do poder público e das imobiliárias o Setor Marista se consolidou no imaginário coletivo goianiense como um símbolo de nobreza, Marinho (2005). Não por acaso, estas circunstâncias culminam em uma lógica de descontrole e especulação, como afirma



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Boaventura (2020), resultando na mudança da paisagem local por meio da verticalização exarcebada. Desta forma, a pesquisa consegue elucidar o que levou a descaracterização da paisagem do Setor Marista e pode fornecer uma base, juntamente com todo material coletado, para futuras pesquisas sobre a área e suas transformações que continuam a acontecer.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à professora Dr^a. Deusa Maria Boaventura pela oportunidade que me foi concedida e por todo o ensinamento transmitido ao longo desse ano. Agradeço aos amigos e familiares que sempre acreditaram em mim e não me deixaram esmorecer. Agradeço à Gabriel Valente, meu companheiro no mais completo sentido da palavra. Agradeço à Deus por, de uma forma ou de outra, me conduzir aos lugares certos para a realização dos meus sonhos. E agradeço á mim, por não desistir nunca, mesmo em frente as maiores adversidades.

Referências

BELLORIO, Grazielli Bruno. **Adensamento e verticalização em Goiânia nos Planos Diretores 1968-2007** [manuscrito] / Grazielli Bruno Bellorio. – 2013. 178 f.: il. grafs.

BOAVENTURA, Deusa Maria R. **A paisagem das centralidades de Goiânia: Entre a tradição e a inovação – 1980/2020.: Projeto de Iniciação Científica**, 2020. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Goiás.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



BOAVENTURA, Deusa Maria R. A construção da paisagem construída do centro tradicional de Goiânia. Anápolis/GO: **Projeto de Iniciação Científica**, 2017. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Goiás.

CORREA, Elaine Alves Lobo. A formação da centralidade do Setor Jardim Goiás - Goiânia (GO). **EX EREGEU Simpósio Regional de Geografia**, [S. l.], p. 01/14, 9 set. 2007.

FERREIRA JUNIOR, Licídio de Carvalho Bueno. **Reflexos do processo de ocupação, apropriação e uso do espaço intra-urbano em Goiânia**: um caso do Setor Bueno. Mestrado, Brasília: UNB, 2007.
MARINHO, Clorisnete Borges. **Região Sul de Goiânia**: Um lugar valorizado na metrópole. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 19, pp. 113 - 129, 2006.

MOYSES, Aristides. **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. **O social e o ambiental nas cidades contemporâneas: Embates, desafios e incertezas**. 2010 GEOGRAFIA (Londrina).

OLIVEIRA, Simone Borges Camargo, FROTA, José Artur D'Aló e CAIXETA, Eline M. M. Pereira. **Paisagem urbana em transformação: Visões aéreas de Goiânia no período de 1960 a 2000**. Belo Horizonte: 4º Colóquio Ibero-Americano, paisagem cultural, patrimônio e projeto. 26 a 28 de set., 2016.

MÁXIMO, Pedro Henrique; DA SOUSA REZENDE, Mayara Dayanne; RIBEIRO TAVARES, Guilherme; TEIXEIRA AGUIAR, Luiz Felipe. **GOIÂNIA EM CINCO FRAGMENTOS: Metrópole entre o efeito genérico e as permanências**. ENANPUR, Natal, p. 01/25, 31 maio 2019.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 2001

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



PLANEJANDO O HOLOCAUSTO: território, rede e hierarquia dos Campos de Concentração Nazistas

Mariana Santos Bernardes¹, Pedro Henrique Máximo Pereira²

1 (IC) Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo, PIBIC/CNPq, Campus Anápolis de Ciências Exatas e Tecnológicas Henrique Santillo, e-mail: maribernardes.mb@gmail.com

2 (PQ) Orientador e Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo, Campus Anápolis de Ciências Exatas e Tecnológicas Henrique Santillo.

Universidade Estadual de Goiás Br 153 Quadra Área Km 99 Zona Rural, Anápolis - GO, 75132-903.

Resumo: Neste texto apresenta-se a hierarquia de Campos de Concentração e Subcampos que compuseram o Complexo de Auschwitz, bem como identifica-se os projetos urbanísticos e arquitetônicos que levaram à execução do centro para o qual convergiram prisioneiros e vítimas para o trabalho forçado e extermínio.

Palavras-chave: Auschwitz, Birkenau, Monowitz-Buna, Arquitetura, Urbanismo.

Introdução

O presente texto narra os resultados da pesquisa que tem por objeto os Campos de Concentração Nazistas (*konzentrationslager* – KL), com recorte no Complexo de Auschwitz, em suas dimensões arquitetônica e urbanística. O Complexo de Auschwitz é composto por três KL: Auschwitz I, Auschwitz II - Birkenau, e Auschwitz III – Monowitz; e outros 46 *subcampos* (*KZ-Nebenlager* ou *KZ-außenlager*) que estavam distribuídos pela Alta Silésia, na Polônia, na região de Oświęcim.

Das Fontes



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



A pesquisa contou com referências abrangentes e gerais que tangenciaram a relação modernidade e holocausto, tais como Zygmunt Bauman (1998), a história da Segunda Guerra com Antony Beevor (2015) e do holocausto, com Laurence Rees (2018). Também consideramos a obra de Robert Wistrich (1995), que procurou identificar a organização das agências e instituições da Alemanha Nazi e do aspecto biográfico de seus integrantes.

Por outro lado, alcançou uma bibliografia especializada nos KL. Embora Eugen Kogon (2005) tenha sido um dos sobreviventes de Buchenwald, sua pesquisa procurou descortinar o funcionamento da SS e a lógica dos KL, evitando uma narração autobiográfica. Foram consultadas a importante e abrangente obra de Nikolaus Wachsmann (2015), além da parceria de Wachsmann com Jane Caplan (2009); o texto de Kim Wünschmann (2016) apresentou-nos a vida nos KL antes da Segunda Guerra; e mais recentemente Charles Dick (2021) traçou uma história do papel da *Ornganisation Todt* no ordenamento territorial do Terceiro Reich (2021).

Pelo notório destaque e pelo recorte inicialmente adotado para esta pesquisa, a bibliografia existente sobre a construção do Complexo de Auschwitz foi consultada. Nela encontrou-se parte dos projetos arquitetônicos e de engenharia desenvolvidos para sua construção. Para tal, as principais referências foram Jean-Claude Pressac (1989), Debórah Dwork e Robert Jan van Pelt (1996; 2006) e Pelt (1994; 2002; 2014); o livro fundamental para esta pesquisa organizado por Israel Gutman e Michael Berenbaum (1998), além da importante produção de Paul Jaskot (2014; 2017). Também foram consultadas as narrativas de sobreviventes de Auschwitz, como Olga Lengyel (2018) e Primo Levi (1988). A consulta a estes dois importantes autores e livros sobre o Complexo de Auschwitz evidenciaram o aspecto dos usos e funções de cada campo que o compunha e de suas divisões internas.



Destacam-se também os documentos *Encyclopedia of Camps and Ghettos 1933-1945* (2009; 2012) e *Encyclopaedia Judaica* (2007); além de consulta aos acervos disponíveis virtualmente pela *The United States Holocaust Memorial Museum*; *Yad Vashem Holocaust Museum* e, por fim, *Auschwitz-Birkenau State Museum*.

Material e Métodos

Além da revisão da literatura, foram realizados levantamentos de documentos, fontes e dados. Estes foram organizados do seguinte modo:

Tabelas com informações coletadas dos campos e subcampos do complexo de Auschwitz:

Realizou-se o levantamento quantitativo com o intuito de iniciar o mapeamento e perceber as do Complexo de Auschwitz. Para tal utilizou-se as bibliografias, bem como o site *subcamps-auschwitz.org* da instituição de pesquisa sobre crimes de guerra nazista *Tiergarten 4 Association e.V.*, que traz um compilado de detalhes de todos os subcampos de Auschwitz. A partir das informações ali contidas e utilizando o software Excel, organizou-se um quadro ordenando-os segundo o ano de criação, local do subcampo, tipo de trabalho executado, quantidade de prisioneiros e suas respectivas nacionalidades, oficiais que foram responsáveis pelo comando e peculiaridades existentes. A partir deste quadro detalhado, as informações coletadas foram reorganizadas a fim de dar a ênfase necessária a cada aspecto em análise.

Linha do Tempo:



A partir da tabela foi realizado uma síntese gráfica em forma de linha do tempo em um software de edição de imagem CorelDRAW, contendo em uma mesma cronologia o tempo de duração dos campos e subcampos do complexo de Auschwitz. Assim é possível ter uma compreensão rápida dos períodos em que o complexo teve mais ou menos subcampos em sua órbita.

Descrição e organização das informações sobre os projetos e planos encontrados

Realizou-se uma tabela com os projetos, fotografias, desenhos e planos identificados e encontrados, respeitando a devida origem e fonte. Além disso, procurou-se identificar autores e desenhistas dos projetos e suas respectivas descrições.

Resultados e Discussão

O Complexo de Auschwitz era formado por três grandes subcampos – Auschwitz I, Auschwitz II-Birkenau, Auschwitz III-Monowitz (ou Buna) – e 46 subcampos menores, conforme Museu Nacional Auschwitz-Birkenau em Oświęcim (2010). Cada campo funcionava como um sistema autossuficiente e, ao mesmo tempo, interdependente. “Aquilo era uma cidade.” (LENGYEL, 2018, p. 15).

Na pesquisa foram identificados cada um destes subcampos. Estes faziam parte de uma rede fragmentada e setorizada, na qual cada um deles desempenhava um papel específico no interior do sistema do Complexo de Auschwitz, conforme Tabela 1.



Tabela 1 - Subcampos do Complexo de Auschwitz e suas respectivas funções. Fonte: subcamps-auschwitz.org; tiergartenstrasse4.org; www.auschwitz.org; 2021-2022. Organizado por Eduardo Assis; Mariana Bernardes e Pedro Henrique Máximo, 2022.

SUBCAMPOS DO COMPLEXO DE AUSCHWITZ E SUAS FUNÇÕES		
Subcampo	Função	Prisioneiros
Geflügelarm Harmense	Agricultura	120
Wirtschaftshof Budy Männerlager	Agricultura	400
Wirtschaftshof Babitz	Agricultura	560
Wirtschaftshof Budy Frauenlager	Agricultura	1944
Wirtschaftshof Budy Strafkompagnie	Agricultura	400
Wirtschaftshof Raisko	Agricultura	300
Wirtschaftshof Birkenau	Agricultura	260
Wirtschaftshof Plawy	Agricultura	338
Aussenkommando Sosnitz	Construção	30
SS Hütte Porombka	Construção e manutenção	60
Sosnowitz I	Construção	100
Lagischa	Construção	1000
Brünn	Construção	467
Sonderkommando Kattowitz	Construção	11
Arbeitslager Althammer	Construção	500
Eintrachthütte	Indústria do aço	1374
Arbeitslager Gleiwitz I	Indústria do aço	1336
Arbeitslager Laurahütte	Indústria do aço	937
Arbeitslager Bobrek	Indústria do aço	213
Arbeitslager Sosnowitz II	Indústria do aço	900
Arbeitslager Gleiwitz III	Indústria do aço	600
Hindenburg	Indústria do aço	450
Arbeitslager Charlottegrube	Indústria do aço	1000
Bismarckhütte	Indústria do aço	200
Arbeitslager Hohenlinde	Indústria do aço	200
Aussenkommando Chelmek	Indústria de calçados	150
Arbeitslager Golleschau	Indústria de cimento	1008
Monowitz	Indústria de petróleo e químicos	10000
Arbeitslager Blechhammer	Indústria de petróleo e químicos	3959
Arbeitslager Gleiwitz II	Indústria de petróleo e químicos	1111
Arbeitslager Tschechowitz-Vacuum	Indústria de petróleo e químicos	600
Freudenthal	Indústria Têxtil	301
Arbeitslager Neustadt O/S	Indústria Têxtil	400
Lichtewerden	Indústria Têxtil	300
Arbeitslager Jawischowitz	Mineração de Carvão	2500
Neu-Dachs	Mineração de Carvão	3664
Arbeitslager Fürstengrube	Mineração de Carvão	1283
Günthergrube	Mineração de Carvão	600
Altdorf	Silvicultura	20
Meseritz	Trabalho Florestal	100
Aussenkommando Kobior	Trabalho Florestal	150
Radostowitz	Trabalho Florestal	20
Meseritz	Trabalho Florestal	100
Arbeitslager Gleiwitz IV	Trabalhos Gerais	800
Tschechowitz-Bombensucherkommando	Descarte de bombas	100
SS Bauzug	Descarte de bombas e reparo das linhas ferroviária	505



Observa-se ainda na Figura 1, que diz respeito à localização dos campos e subcampos, que estes encontravam-se em grande parte nos arredores de Oświęcim e Katowice, na região da Alta Silésia.

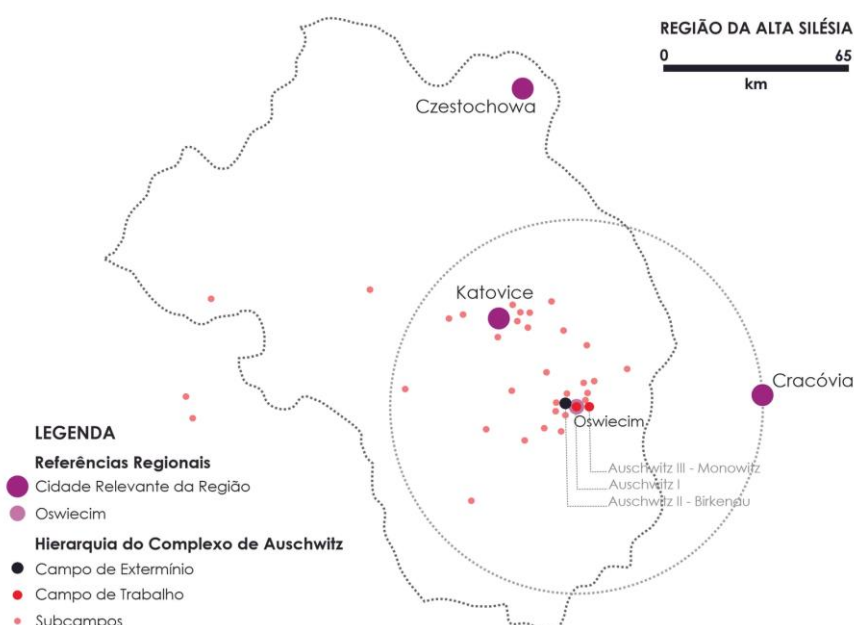
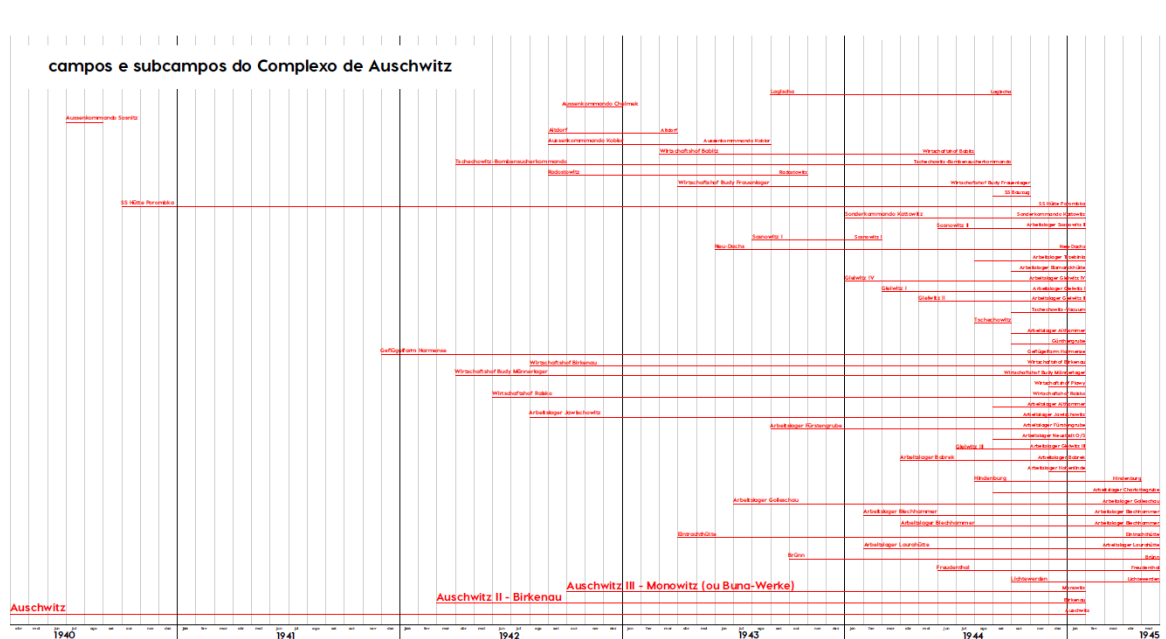


Figura 1 - Localização dos Campos e Subcampos do Complexo de Auschwitz. Fonte: Pedro Henrique Máximo, 2021.

No que se refere à constituição no tempo do Complexo de Auschwitz, que é possível observar na Figura 2, identificou-se uma forte introdução deste modelo a partir de 1942. Sua constituição está ligada diretamente à inauguração dos outros KL, Monowitz-Buna e Birkenau, como Campos do topo da hierarquia desta rede regional. Auschwitz passou a concentrar as atividades de trabalho, tal como Monowitz-Buna. Por outro lado, Birkenau assumiu sua posição de Campo de Extermínio. Como é possível também constatar a partir da linha temporal, grande parte dos subcampos tiveram curta duração em sua funcionalidade. A grande maioria teve suas atividades extintas em janeiro de 1945, quando da liberação dos Campos Auschwitz, Birkenau e Monowitz-Buna, e outra parte teve suas atividades extintas em maio deste ano.



Para a execução deste Complexo foram realizados planos regionais e projetos urbanísticos e arquitetônicos. Auschwitz contou com a implantação de uma *zentralbauleitung* (Figura 3), na qual trabalhavam arquitetos como Fritz Ertl, Georg Werkmann e Walter Dejaco, urbanistas como Hans Stosberg e Lothar Hartjenstein, engenheiros, agrimensores e membros que o administravam, como Karl Bischoff.



Figura 3 -Fotografia feita em 1944 do *zentralbauleitung Auschwitz*, com destaque para os desenhos técnicos e as pranchetas de desenho. Fonte: KNOWLES, 2014, p. 180.



Dentre os projetos identificados na pesquisa, estão o Primeiro Masterplan para a Expansão de Auschwitz, elaborado por Hans Stosberg; e sua alteração por Lothar Hartjenstein em 1942; o primeiro esboço para a construção de Birkenau, de 1941; desenvolvido por Fritz Ertl, e o projeto para o Crematório 2 desenvolvido por Georg Werkmann, em 1941 (Figura 4).

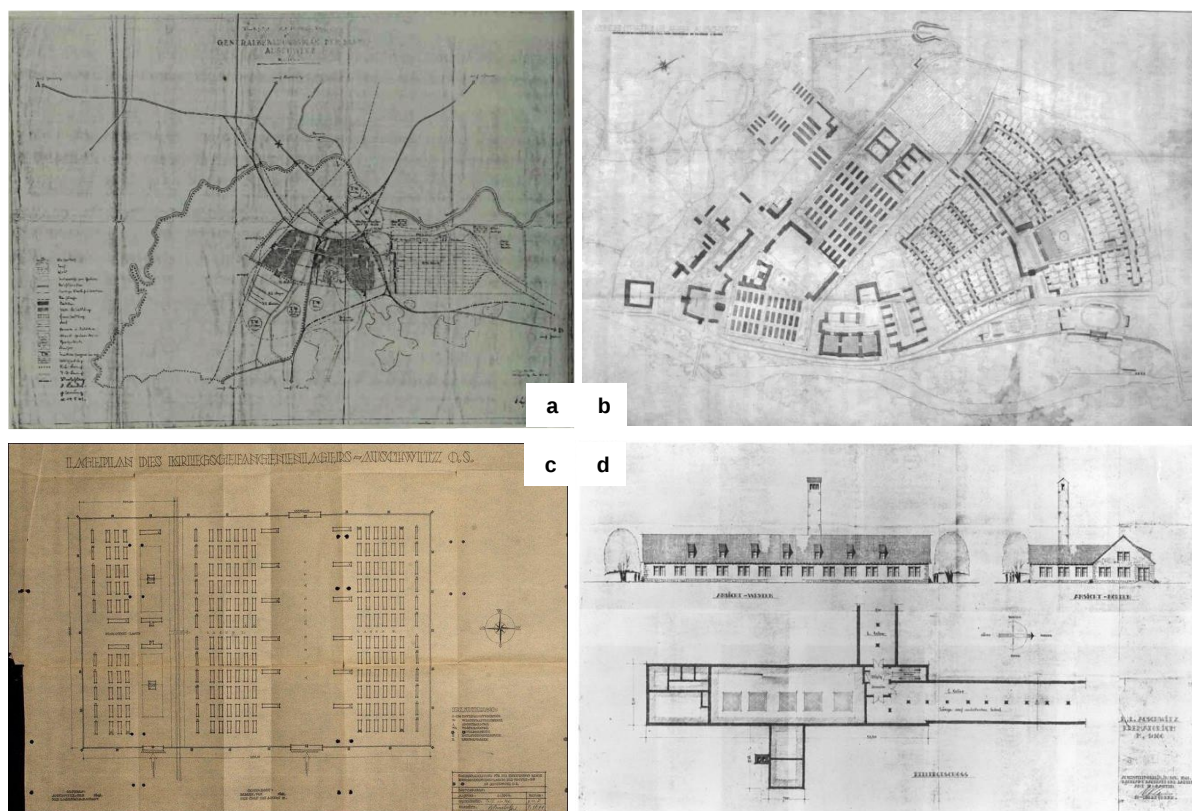


Figura 4 – **a** - Hans Stosberg, Expansão de Auschwitz, 1941, Arquivo Municipal de Auschwitz; **b** - Lothar Hartjenstein. Proposta de ampliação do KL Auschwitz, 1942, Museu do Estado de Auschwitz-Birkenau.; **c** – Fritz Ertl, Heinrich Himmler e Hans Kammler, primeira proposta urbanística para Birkenau, 1941, Arquivos do Yad Vashem; **d** - Georg Werkmann, Proposta para crematório em Auschwitz, 1941, Arquivo Osobyi, Moscou.

Considerações Finais



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



A implantação de Auschwitz e do terror nazista ali perpetrado no contexto da Segunda Guerra Mundial contou com a colaboração de diversos profissionais que planejaram a região de abrangência do Campo Principal, Auschwitz I, e de todo seu Complexo que era composto por mais dois Campos e outros 46 subcampos. Embora a pesquisa aqui relatada esteja no início, já foi possível identificar diversas fontes e materiais (projetos, planos e profissionais) ainda por serem estudados, interpretados e introduzidos à história da arquitetura. Além disso, dispõe de material suficiente para travar, a partir dele, uma discussão sobre a modernidade, a sociedade moderna e a ética profissional.

Agradecimentos

Agradecimentos principalmente ao meu professor orientador Pedro Henrique Máximo Pereira, a meu colega de pesquisa Eduardo Carvalho à Universidade Estadual de Goiás pelo financiamento da execução deste trabalho por meio da BIC/UEG.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BEEVOR, Antony. **A Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- CAPLAN, Jane; WACHSMANN, Nikolaus (org.). **Concentration Camps in Nazi Germany**. Nova York: Routledge, 2009.
- DICK, Charles. **Builders of the Third Reich: the Organization Todt and Nazi Forced Labour**. Londres: Bloomsbury Academy, 2021.
- DWORK, Debórah; PELT, Robert Jan van. **Auschwitz, 1270 to the Present**. WW Norton & Company, 1996.
- DWORK, Debórah; PELT, Robert Jan van. Auschwitz. In: SKOLNIK,



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Fred; BERENBAUM, Michael. **Encyclopaedia Judaica**. Vol. 2. Farmington Hills: Macmillan Reference 2007, p. 661-673.

GUTMAN, Israel; BERENBAUM, Michael (Ed.). **Anatomy of the Auschwitz death camp**. Indiana University Press, 1998.

JASKOT, Paul B. **Architecture of the Holocaust**. Washington: United States Holocaust Memorial Museum, 2017.

JASKOT, Paul B.; KNOWLES, A.; HARVEY, C. 'Visualizing the Archive: Building at Auschwitz as a Geographic Problem', in KNOWLES, A.K.; COLE, T.; GIORDANO, A. (eds). **Geographies of the Holocaust**. Bloomington: Indiana University Press, 2014, p. 158–91.

KNOWLES, Anne Kelly; COLE, Tim; GIORDANO, Alberto (Ed.). **Geographies of the Holocaust**. Bloomington: Indiana University Press, 2014.

LENGYEL, Olga. **Os fornos de Hitler**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

PELT, Robert Jan van. Auschwitz: From Architect's Promise to Inmate's Perdition. **Modernism/modernity**, v. 1, n. 1, p. 80-120, 1994.

PELT, Robert Jan van. Sinnreich erdacht: machines of mass incineration in fact, fiction, and forensics. In: Élisabeth Anstett & Jean-Marc Dreyfus (org.). **Destruction and human remains**, Manchester University Press, 2014, p. 117,

PELT, Robert Jan van. **The case for Auschwitz**: evidence from the Irving trial. Bloomington: Indiana University Press, 2002.

Planos alemães para a expansão de Auschwitz parte I e II. Auschwitz.org, 2011. Disponível em: <<https://www.auschwitz.org/muzeum/aktualnosci/wystawa-czasowa-niemieckie-plany-rozbudowy-auschwitz,1340.html>> Acesso: 03/10/2022.

PRESSAC, Jean-Claude. **Auschwitz**: Technique and operation of the gas chambers. New York: The Beate Klarsfeld Foundation, 1989.

REES, Laurence. **O Holocausto**: uma nova história. São Paulo: Vestígio, 2018.

WACHSMANN, Nikolaus. **A História dos Campos de Concentração Nazi**. Dom Quixote, 2015.

WISTRICH, Robert S. **Who's Who in Nazi Germany**. Nova York: Routledge, 1995.

WÜNSCHMANN, Kim. **Antes de Auschwitz**: os judeus nos campos de concentração antes da Segunda Guerra Mundial. Lisboa: Edições 70, 2016.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Desigualdade social e de renda: Uma revisão de literatura.

Wallisson Ranier da Silva Fonseca (IC)

Acadêmico de Graduação em Ciências Econômicas. Bolsista PBIC/UEG. Câmpus Sul – Unidade Universitária de Itumbiara, wallissonranier@gmail.com

Resumo:

Desigualdade social e de renda é um mal que afeta grande parte dos países, desde os mais ricos aos mais pobres, onde para estes, os impactos da concentração de renda prejudica consideravelmente o desenvolvimento de sua população. A desigualdade pode ser mensurada através das faixas de renda em que são consideradas as médias dos mais ricos em comparação com a dos mais pobres, e também pode ser utilizado informações como o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, dados educacionais, o acesso à cultura e a serviços básicos, como saúde, segurança, e saneamento. Rawls define que as desigualdades sociais são dimensões de um todo que compreende as perspectivas econômicas, jurídicas, políticas e históricas que influenciaram a posição em que uma pessoa se encontra na sociedade. Essa posição geralmente se define pelo nascimento e tende a ser transmitida de geração em geração, a menos que o ciclo seja interrompido por meio de políticas públicas. Nesse sentido, esse estudo se faz relevante pois tais índices, refletem um quadro de desigualdades que se traduzem a não realização de direitos, e na impossibilidade de exercício da cidadania de forma plena.

Palavras-chave: Desigualdade social e de renda. Crescimento econômico. Convergência de renda.

Introdução

Desigualdade social e de renda é um mal que afeta grande parte dos países no mundo, desde os mais ricos aos mais pobres, onde para estes, os impactos da concentração de renda prejudica consideravelmente o desenvolvimento de sua população. Esta pode ser mensurada através das faixas de renda, em que são



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



consideradas as médias dos mais ricos em comparação com a dos mais pobres, e podem ser utilizadas informações como o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, dados educacionais, o acesso à cultura e a serviços básicos, como saúde, segurança e saneamento. Para Atkinson (2015), desigualdade social é uma sobreposição de muitas desigualdades, que são sociais, econômicas, históricas, de classe, de raça, de gênero.

Voltado para o Brasil, a desigualdade social e de renda é considerada um grande problema a ser enfrentado, pois esta se apresenta como uma questão fundamental na história do desenvolvimento econômico. Desde o início do século XX pesquisadores buscam abordar e compreender as questões relacionadas à trajetória da renda entre regiões ricas e pobres e os motivos pelos quais indicadores socioeconômicos desiguais tendem a permanecer. Nesse contexto, esse estudo se faz relevante pois tais índices, refletem um quadro de desigualdades que se traduzem a não realização de direitos, e na impossibilidade de exercício da cidadania de forma plena.

Material e Métodos

A metodologia utilizada nesta primeira etapa foi a pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2002) é um levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho, e tem por objetivo reunir e analisar os textos publicados para apoiar o trabalho científico, sendo esta desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Desta forma, este trabalho tem por objetivo uma investigação da teoria que



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



envolve o tema desigualdade social e de renda, bem como a sua evolução histórica através de uma revisão bibliográfica e sistemática a respeito desta temática e seus impactos nas duas primeiras décadas do século XXI.

Resultados e Discussão

Em 1905, um economista americano chamado Max Lorenz, desenvolveu a teoria de uma curva que correspondia a uma representação gráfica que deriva da relação entre rendimento (eixo vertical) e população (eixo horizontal) que possuía como objetivo a avaliação do grau de desigualdade em termos de repartição do rendimento de uma economia pelos seus indivíduos, essa curva foi denominada “curva de Lorenz”.

No entanto, na busca de mensurar essa desigualdade, as informações sobre a renda não garantem que os dados sobre desigualdade sejam plenamente verificados. E foi nesse direcionamento, que o estatístico italiano Corrado Gini criou, em 1912, o índice de Gini, a partir da curva de Lorenz, que é uma fórmula que permite a classificação da desigualdade social. O índice varia de 0 a 1, sendo 0 a condição perfeita, onde não há desigualdade social, e 1 o maior índice possível de desigualdade. Este índice é um dos mais importantes para a mensuração das condições de renda das populações.

Kuznets (1955) dizia que a desigualdade tende a desenhar uma curva no formato de U invertido ($\cap$) ao longo do processo de desenvolvimento, com uma primeira fase de desigualdade crescente causada pela industrialização e pela urbanização das sociedades agrícolas tradicionais, seguida por uma segunda fase de



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



estabilização e depois de redução substancial da desigualdade.

Para Amartya Sen (2011), as medidas de desigualdades, em geral, podem ser categorizadas a partir de dois sentidos: objetivo e normativo. O sentido objetivo da desigualdade corresponde à “medida estatística da variação relativa da renda” enquanto o sentido normativo baseia-se numa ideia normativa de bem estar. As vantagens desta diferenciação, segundo Sen, são que o enfoque objetivo, nos permite observar mais ou menos desigualdade e valorá-la em termos éticos, enquanto que o enfoque normativo segue uma orientação valorativa subjetiva (O que é bem-estar?) e, portanto, insatisfatória para o entendimento de pobreza.

Considerações Finais

A partir dos anos 2000, o ritmo, o volume e a diversidade de iniciativas de pesquisa sobre desigualdade e suas complexas interações com a pobreza começam a sofrer forte aceleração, despontando como uma área de investigação que carecia de mais atenção por parte dos economistas, dado que o comportamento das variáveis macroeconômicas poderia ser alterado, na medida em que a desigualdade aumentasse.

Nesse âmbito destacam-se pesquisadores como Atkinson (2015) e Milanovic (2016) que evidenciaram como a ‘globalização’ ampliou a desigualdade de renda e riqueza nos países centrais, e permitiu a ascensão social e econômica dos países periféricos.

Por fim, Amartya Sen destaca que a pobreza e a exclusão geram riscos à sobrevivência dos seres humanos. Elas se reproduzem pela inexistência de



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



instrumentos eficazes na sua superação. Este destaca também que a falta de liberdade que os pobres têm para escolherem as condições de superação da privação que os atinge deve ser observada com mais atenção pelos programas sociais anti-pobreza.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela minha vida e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrado ao longo do percurso. À minha esposa, minha mãe e minhas irmãs que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto me dedicava a realização deste trabalho. Ao professor Ednando pelas correções e ensinamentos além de confiar esta oportunidade de realizar este estudo, e por fim agradeço a Universidade Estadual de Goiás que através da bolsa disponibilizada fomentou o desenvolvimento deste projeto.

Referências

ABRAMOVITZ, M. **Catching up, forging ahead, and falling behind**. Journal of Economic History, v. 46, p.385-406, 1986.

ATKINSON, Anthony. Desigualdade – O que pode ser feito? Trad. Elisa Câmara. São Paulo: LeYa, 2015.

BAUMOL, W. J. **Productivity growth, convergence, and welfare: what the long-run data show**. American Economic Review, v. 76, n. 5, p. 1.072-1.085, Dec. 1986

BARRO, R. J.; SALA-I-MARTIN, X. **Convergence across states and regions**. **Brooking Papers on Economic Activity**, n. 1, p. 107-182, 1991.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica. Relatório da distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/centrais-de->



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



conteudos/publicacoes/relatorio-sobre-a-distribuicaoda-renda-e-da-riqueza-da-populacao-brasileira/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

KUZNETS, Simon. Economic Growth and Income Inequality. American Economic Review, v. 45, p. 1-28, 1955.

SALA-I-MARTIN. **The Classical Approach to Convergence Analysis**. Economic Journal, p. 1019-1036, jul./1996.

SEN, Amartya Kumar. A ideia de justiça. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOLOW, R. A **Contribution to the theory of economic growth**. Quartely Journal of Economics, v. 98, 1956. SWAN, T. W. **Economic growth and capital accumulation**. The Economic Record, v. 32 p. 334-361, 1956.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Pobreza e Desigualdade: Um Estudo da Qualidade de Vida dos Brasileiros nas Duas Primeiras Décadas do Século XXI.

Ciro Fernandes Silva Pessoa¹ (IC)*, Ednando Batista Vieira ²

¹ Acadêmico de Graduação em Ciências Econômicas. Bolsista PBIC/UEG. Câmpus Sudeste – Unidade Universitária de Itumbiara, cirofspessoa@gmail.com.

² Doutor em Economia, docente do curso de Ciências Econômicas. Câmpus Sudeste – Unidade Universitária de Itumbiara – GO.

O bem-estar está intimamente relacionado com a renda e riqueza que um indivíduo possui para seus desejos e necessidades presentes e futuros. O trabalho buscou entender e caracterizou os elementos mais importantes para o bem estar da população brasileira e do mesmo modo, buscou ainda quantificar essa qualidade de vida dos brasileiros ao longo dos primeiros vinte anos do século XXI. Conforme a teoria tradicional, somente com o aumento de produtividade e maior crescimento econômico todos podem aumentar sua parte na renda nacional, sem que ninguém tenha sua parcela reduzida. De acordo com as variáveis estudadas, para o brasileiro, o ano 2000 foi o pior período na sua qualidade de vida, em contrapartida entre os anos de 2002 e 2014 ocorreram acréscimos no bem-estar da população que apesar da queda nos anos subsequentes de 2015 e 2016 voltou a melhorar nos anos últimos anos, apesar de não ter voltado ao mesmo patamar anterior.

Palavras-chave: Bem-estar. Amartya Sen. Renda.

Introdução

Silva e Fonseca Neto (2014) e Hayrek (2017) reforça que durante crises econômicas o desemprego salta gerando menos dinheiro para os trabalhadores. Esse fato tem relevância dentro do poder de compra das famílias, onde agora as famílias possuem uma tendência negativa na sua renda, levando, assim, a uma queda do bem-estar dessas famílias. Deste modo, pobreza e desigualdade estão intimamente relacionadas com o nível de bem-estar social atingindo por uma comunidade.

Na análise do bem-estar, pelo ponto de vista econômico tradicional, é demonstrado que, de acordo com os principais autores, a qualidade de vida das



peçoas está relacionada ao espaço das utilidades e ao aumento da riqueza monetária das nações.

Já em uma abordagem fora do modelo tradicional e mais extenso, o bem-estar é a estruturado por Amartya Sen (1987), no qual o autor debate que o bem-estar vem da capacidade de atuar em sociedade. Para Sen, a pobreza manifesta-se quando os seres humanos carecem de algumas capacidades chaves, como por exemplo: renda, educação, saúde, segurança, boa autoestima, senso de representatividade no poder e direitos como a liberdade de expressão.

Material e Métodos

Na primeira parte do estudo foi elaborada uma revisão bibliográfica rigorosa a respeito da temática de qualidade de vida, onde diferenciamos como é caracterizado o modelo de Bem-Estar Tradicional e o modelo novo proposto pelo economista Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de economia. Na segunda parte do estudo, foi feito um levantamento de dados estatísticos. Sendo realizadas análises de estatística descritiva e econométricas. Dentro dessa segunda parte criamos um índice de Bem-Estar para mensurar a qualidade de vida da população entre os anos de 2000 e 2020.

Resultados e Discussão

O 1º Teorema do Bem Estar revela que não há como melhorar simultaneamente a condição de ambos os indivíduos, segundo, não existe possibilidade de melhora de um agente sem, conseqüentemente, ocorrer piora do outro e, por último, todos os ganhos de troca foram exauridos. Já o 2º Teorema da



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Teoria Econômica de Bem-Estar tradicional nos informa que toda alocação eficiente no sentido de Pareto poderá ser alcançada como um equilíbrio de preços com transferência, na curva de contrato. (VARIAN, 2006).

Na ótica de Sen (2009), a pobreza é mais bem conceituada e pode ser mais bem enfrentada partindo do ponto de vista de que ela nada mais é do que a deficiência de capacitações ao invés de simplesmente uma deficiência em se satisfazer as “necessidades básicas” dos indivíduos via acesso a bens específicos. De acordo com Amartya Sen (2010), o debate sobre política para melhorar a vida das pessoas inclui a diferenciação entre desigualdade de renda e desigualdade econômica

Já na parte final do nosso trabalho podemos salientar que após encontrar os valores de todos os parâmetros da pesquisa tabulamos e convertermos os dados para todos terem o mesmo sentido - quanto maior, melhor a qualidade de vida. Para isso utilizamos no cálculo o inverso do coeficiente de Gini ($1 - \text{Gini}$) e o inverso da taxa de desemprego ($1 - \text{taxa desemprego}$).

Além disso, fizemos o deflacionamento para as variáveis PIB a preço de mercado – que representa a renda – e o PIB consumo final – que representa o consumo. Ainda dividimos cada valor encontrado pela a população total para obtermos dados de cada indivíduo no país.

O estudo utilizou dados normalizados para que ao fazer a estimação, um indicador não influencie fortemente o modelo. Segundo Paiva (2019) a finalidade da normalização é alterar os valores das colunas numéricas no conjunto de dados para uma escala comum, sem distorcer as diferenças nos intervalos de valores, sendo que esse método somente é aconselhável quando os parâmetros tiverem intervalos muito diferentes. Sendo assim, pegamos o valor do indicador encontrado e diminuímos pelo valor mínimo dentre aqueles valores encontrados naquele intervalo de tempo utilizado na pesquisa e dividimos pela diferença entre o valor máximo e o mínimo do intervalo.



Com os dados normalizados, conforme tabela 01, foi aplicada a teoria dos componentes principais utilizando o programa Stata para encontrar os autovalores e autovetores e através disso efetuar o cálculo do peso de cada variável.

Tabela 01: dados utilizados para o cálculo do índice de qualidade de vida.

ANO	ESP. VIDA	GINI	EMPREGO	RENDA	CONSUMO
2000	0,747167	0,403000	0,901000	0,638010	0,607635
2001	0,754667	0,416000	0,903900	0,636167	0,605973
2002	0,762167	0,419000	0,906300	0,631649	0,597931
2003	0,769333	0,424000	0,900100	0,636956	0,601626
2004	0,776333	0,435000	0,908900	0,646826	0,606793
2005	0,783167	0,437000	0,904300	0,653920	0,615408
2006	0,789833	0,444000	0,913600	0,664895	0,626556
2007	0,796167	0,451000	0,916700	0,675023	0,635295
2008	0,802500	0,460000	0,926600	0,685220	0,644966
2009	0,808500	0,463000	0,914800	0,688456	0,654532
2010	0,814333	0,464000	0,922700	0,702047	0,663210
2011	0,820000	0,471000	0,930800	0,710509	0,671045
2012	0,825333	0,465000	0,928100	0,714915	0,677550
2013	0,830667	0,472000	0,930200	0,721440	0,685459
2014	0,835667	0,479000	0,933400	0,723375	0,690482
2015	0,840667	0,481000	0,915700	0,710290	0,680675
2016	0,845333	0,467000	0,884000	0,705725	0,677873
2017	0,849833	0,467000	0,871800	0,709174	0,681372
2018	0,854167	0,461000	0,876700	0,712518	0,684430
2019	0,858333	0,466000	0,880700	0,712877	0,686002
2020	0,862333	0,476000	0,863300	0,704598	0,674240

Fonte: dados da pesquisa.

O autovalor foi de 3,82563 e os autovetores foram: 0,4969 para a variável expectativa de vida; 0,4922 para a variável coeficiente de Gini; -0,0492 para a variável emprego; 0,5037 para a variável renda per capita e; 0,5046 para a variável consumo per capita.

Com esses dados foram criados os pesos de cada componente do índice, através da equação: $PESO = AUTOVETOR \div \sqrt{AUTOVALOR}$. Seguindo a ordem



expectativa de vida, coeficiente de Gini, taxa de desemprego, renda per capita, consumo per capita, os pesos obtidos foram, respectivamente:

Multiplicando cada peso com seu respectivo indicador e somando os seus valores por cada um dos anos estudados foi obtido os valores do Índice de bem-estar. Conforme os resultados mostrados na tabela 02, o ano de 2000 foi o ano com menor qualidade de vida para a população, valor de 0,589631. Já o ano de 2014 foi o ano com maior bem-estar, com o valor de 0,673782.

Tabela 02: Índice de Bem-Estar

ÍNDICE BEM ESTAR		
Ano	Valor	Variação anual
2000	0,589631	100,00%
2001	0,593832	100,71%
2002	0,593193	99,89%
2003	0,598748	100,94%
2004	0,606948	101,37%
2005	0,613353	101,06%
2006	0,622276	101,45%
2007	0,630432	101,31%
2008	0,639177	101,39%
2009	0,645055	100,92%
2010	0,652328	101,13%
2011	0,659526	101,10%
2012	0,662252	100,41%
2013	0,669036	101,02%
2014	0,673782	100,71%
2015	0,670101	99,45%
2016	0,666662	99,49%
2017	0,669903	100,49%
2018	0,671021	100,17%
2019	0,673735	100,40%
2020	0,672539	99,82%

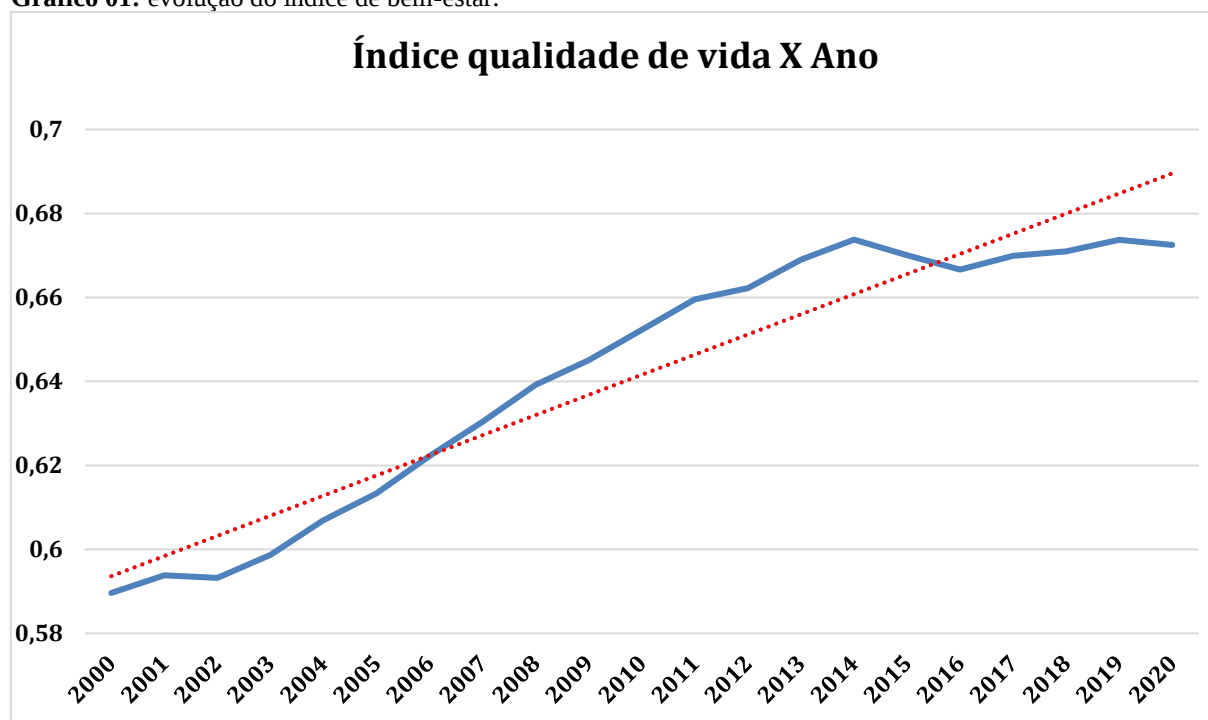
Fonte: dados da pesquisa.

O gráfico 01 abaixo mostra o comportamento ao longo do período estudado do índice de bem-estar. O valor médio calculado foi de 0,641597, sendo que a partir do



ano de 2009, todos os índices superaram esse valor médio. Como mostrado, o índice possui tendência de alta ao longo dos primeiros vinte anos do século XXI, sendo que entre 2002 e 2014 sempre houve acréscimo de qualidade de vida para a população. Nos anos de 2015 e 2016, como retratado, a população brasileira sofreu uma importante perda no seu bem-estar que ainda não conseguiu voltar ao mesmo patamar de 2014.

Gráfico 01: evolução do índice de bem-estar.



Fonte: Elaboração feita pelos autores com base nos dados calculados.

Considerações Finais



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



No ponto de vista utilitarista, em relação à condição de bem-estar apenas sobre a ótica da otimalidade de Pareto, sem diferenciar o estado de agente do bem-estar (distinção apresentada nos estudos de Amartya Sen), faz com que o estudo do bem-estar econômico seja restrito e limitado. É importante lembrar que a teoria econômica do bem-estar tradicional, ou alguma outra teoria simplificadora da realidade, são indispensáveis para que aja evoluções dos estudos econômicos.

As contribuições de Sen distanciam das teorias simplificadoras da realidade, uma vez que procura levar em conta as inúmeras categorias importantes ao estudo do bem-estar. Segundo Amartya Sen, no progresso de evolução dos indivíduos, os fatores econômicos (terra, trabalho e capital) são, meios para alcançá-lo, uma vez que, de algum jeito, podem aumentar a possibilidade de aumento das capacitações humanas, porém não caracteriza a finalidade desse desenvolvimento que é o aumento da qualidade de vida das pessoas.

De acordo com as variáveis estudadas, para o brasileiro, o ano 2000 foi o pior período na sua qualidade de vida, em contrapartida entre os anos de 2002 e 2014 ocorreram acréscimos no bem-estar da população que apesar da queda nos anos subsequentes de 2015 e 2016 voltou a melhorar nos anos últimos anos, apesar de não ter voltado ao mesmo patamar anterior.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por conduzir minha vida e me abençoar grandemente em todos os aspectos. Depois tenho que agradecer o professor Ednando que me confiou a oportunidade de realizar esse trabalho, além de toda sua supervisão. Agradeço também a Universidade Estadual de Goiás que através da bolsa disponibilizada fomentou esse projeto. Por fim e não menos importante agradeço a todos que me acompanham no meu dia a dia, especialmente a minha esposa que esteve sempre do meu lado durante a execução desse estudo e, também, a minha família.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Referências

HAYREK, F. A. **Desemprego e política monetária**. LVM Editora, 2017.

PAIVA, C. **Porquê e Quando é Necessário Normalizar os Dados**. Medium, 2019.
Disponível em: < <https://medium.com/tentando-ser-um-unic%C3%B3rio/porqu%C3%AA-e-quando-%C3%A9-necess%C3%A1rio-normalizar-os-dados-92e5cce445aa>>. Acesso em: 25. jul.2022.

SEN, A. K. **Commodities and Capabilities**. 1987. Amsterdam: North-Holland.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. **The Idea of Justice**. Cambridge: Harvard University Press.2009.

SILVA, F. J. F.; FONSECA NETO, F. A. **Efeitos da crise financeira de 2008 sobre o desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras**. *Nova Economia*, v. 24, n. 2, p. 265-278, 2014.

VARIAN, H. **Microeconomia. Princípios Básicos**. São Paulo: Campus. 2006.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Reflexões sobre a condição urbana contemporânea por Rem Koolhaas: o que está acontecendo com o urbanismo?

Lucas Ferreira Esteves, Estudante (IC)* lucasfesteves@hotmail.com, Sandra C. Pantaleão Resende, Pesquisador (PQ).

Universidade Estadual de Goiás

Resumo: Este trabalho, a partir da revisão de literatura, discute as mudanças ocorridas no urbanismo, à medida que o projeto urbano assume protagonismo na prática urbano-arquitetônica e, ao se alinhar, ao capital especulativo corrobora para a formação de imagens midiáticas. Para compreender esses fenômenos, tem-se reflexões dos textos de Rem Koolhaas e as aproximações com os demais autores, atestando novos termos para caracterizar as cidades globais. Assim, foca-se aqui nas cidades de Paris e Berlim, tendo em vista as mudanças que ambas passaram com o tempo devido os investimentos e mudanças provocados pela transformação destas em cidades globais com seus crescimentos exponenciais, além da própria mudança do conceito de urbanismo e como isso é aplicado na prática. Há uma mudança clara no pensamento das cidades, passando do pensar da cidade histórica que valoriza seu patrimônio e passa para a observação de onde é melhor investir, onde ela vai ser mais atrativa para um capital especulativo.

Palavras-chave: Intervenções urbanas. Projeto urbano. Cidades globais. Empresariamento urbano. Bigness.

Introdução

Este trabalho discute as reflexões teórico-críticas de Rem Koolhaas sobre a condição urbana contemporânea, tendo como destaque seu texto "Whatever Happened to Urbanism?" (1995) no qual aponta as mudanças da profissão do



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



urbanista após o fracasso da promessa do Movimento Moderno de que, por meio da abstração e repetição, seria possível transformar quantidade em qualidade visando resolver os problemas urbanos, notadamente aqueles relacionados ao adensamento e expansão das cidades. Para Koolhaas, isso ocasionou na “morte do urbanismo”, que não conseguiu recomeçar com o planejamento de ordem e onipresença, ecoando na possibilidade do surgimento de um "novo urbanismo", desta vez baseado no estado de incerteza, pensando nas possibilidades de um futuro não planejado. "Como está fora do nosso controle, o urbano está prestes a se tornar o vetor máximo da imaginação" (Koolhaas, 1995).

As reflexões de Koolhaas decorrem das mudanças no final do século XX, à medida que houve um impulso às reestruturações urbanas relatadas nos textos e projetos de S, M, L, XL e sua percepção acerca das mudanças que as intervenções urbanas imputam às cidades europeias inicialmente e, posteriormente, às asiáticas. *Bigness*, por exemplo, refere-se à combinação entre política e cultura associadas às modernizações europeias, ora exaltando as áreas históricas de suas cidades, ora remetendo às cidades novas ou projetos de grande escala em áreas periféricas, além dos investimentos em infraestrutura em escala continental.

Como ponto de partida, essa pesquisa observa as transformações urbanas e a dinâmica demográfica que fogem ao controle da disciplina, culminando nas cidades globais. O principal argumento questiona como a profissão está “desaparecendo” no momento em que a urbanização se expande a nível global. Sua indagação indica que a modernidade e a modernização não foram facilmente compreendidas. Processos que, muitas vezes, estão além dos números (quantidades) e das pretensões dos urbanistas de remediar e controlar a quantidade de pessoas e o tamanho da cidade. Do mesmo modo, enfatiza que a retomada do modelo da cidade histórica negligenciou a urbanização a nível global e trouxe à tona reflexões sobre as modernizações da



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



virada do milênio. A urbanização difusa modificou a condição urbana, distorcendo a condição inicial da cidade à irrelevância. A cidade é resistente e, com a "crise" desta, cada vez mais a arquitetura ganha protagonismo, explorando e esgotando os potenciais gerados pelo urbanismo.

Mediante o exposto, estabelece-se como objetivo compreender as dinâmicas urbanas e a ascensão das cidades globais, associados às discussões de Koolhaas sobre a "falência" da visão do urbanismo moderno e da arquitetura de grande escala. Além disso, discute-se também como ocorre a conversão das cidades em mercadorias por meio das intervenções urbanas voltadas ao capital especulativo e associadas ao *efeito Bilbao* com a atuação dos arquitetos de maior renome e reconhecimento internacional.

Material e Métodos

Para a viabilidade da pesquisa, foi desenvolvido um quadro teórico, a partir do referencial teórico-metodológico tendo em vista indicar mudanças conceituais relativas às cidades contemporâneas. Buscou-se relacionar os autores buscando convergências entre os termos empregados e constatar suas percepções sobre a cidade contemporânea. Ainda que esses autores adotem diferentes termos, descrevem fenômenos similares quanto à mercantilização das cidades e seu uso para alavancar economicamente por meio da atração de capital especulativo. Entre os autores, toma-se como referência para as discussões, as reflexões de Rem Koolhaas quanto às escalas aplicadas ao projeto urbano (S, M, L, XL) e o rebatimento na dinâmica territorial das cidades globais. Em seguida, foram desenvolvidas peças gráficas: mapa-mundi com a localização das cidades globais e a seleção de duas delas: Paris e Berlim, visto a concentração de projetos urbanos relacionados à



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



intervenção em áreas históricas e novas áreas, sendo muitos deles decorrentes de concursos ou desenvolvidos por arquitetos de alcance internacional.

A análise desses projetos visa compreender o planejamento estratégico e processos de reestruturação urbana, articulados ao capital especulativo em escala global, repercutindo nos termos cidade global, empresariamento urbano e a arquitetura de grande escala ou *Bigness*. Esse mapeamento possibilita observar a escala dos projetos, tendo em vista sua inserção territorial. Em seguida, como continuidade da pesquisa, é proposto o desenvolvimento de fichas específicas para cada um dos projetos, ressaltando suas características urbano-arquitetônicas, permitindo uma abordagem quantitativa e qualitativa desses processos e a aplicação dos termos identificados.

Resultados e Discussão

A pesquisa discute as percepções teórico-críticas de Rem Koolhaas quanto à condição urbana contemporânea, com foco para o conjunto de projetos urbanos nas cidades globais. Para tanto, o entendimento da forma urbana e os mecanismos de regularidades e transformações são discutidos a partir de duas perspectivas: as permanências na longa duração histórica e as modernizações, a partir da destruição criativa, respaldada pelo planejamento estratégico. Bem como as reflexões, é esperado a compreensão do processo de modernização europeia frente à arquitetura *Bigness* e os mecanismos de dinamização econômicos. Ao sistematizar os dados, catalogando os projetos e suas relações por escalas, busca-se mapear a dilatação e abrangência do projeto urbano, alcançando a escala territorial.

A análise de Koolhaas dialoga com o texto "Cidade-mercadoria, comunicação e consumo" (2010), que coloca em questão a produção da cidade contemporânea e



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



sua relação direta com a comunicação social. Costa (2010), a partir da contribuição de vários autores, reforça como ocorreu a falência do urbanismo moderno quanto expõe a situação atual das cidades. Arantes (2012) menciona o urbanismo em fim de linha: quando a Europa importa o modelo de cidade-mercadoria norte-americano e a gestão da cidade passa a ser gerida como uma empresa. As cidades, são desse modo, redesenhadas por partes e, posteriormente, "postas à venda".

Com a separação entre o lugar de trabalho e o lugar de morar, forçado pelo capitalismo industrial, a especulação imobiliária surgiu e colocou a terra como mercadoria, não mais como insumo e matéria-prima da construção da cidade. "O conflito urbano é marcado por necessidades que se alteram no tempo e são consequências da luta política travada a partir das relações entre o trabalho e o ambiente construído" (COSTA, 2010). Ao aproximar-se da atualidade, a autora fala que todos os lugares, dos simples aos complexos, se mundializaram, mas que o "[...] o crescimento das cidades está subordinado aos interesses do mercado imobiliário", colocando novamente o capitalismo como protagonista da modificação das cidades, dessa vez em decorrência da gestão urbana voltada ao planejamento estratégico.

Essa questão coaduna com outros autores e indicam a percepção de Sassen (1991) sobre a emergência das cidades globais. Para a autora, o termo caracteriza a articulação entre cidades e regiões, tendo em vista as relações intrínsecas entre os fluxos de informação e a atração de capital especulativo. Grande parte dos governantes buscam, desse modo, uma gestão do território que reforce a cidade como "nó" dessa dinâmica global ou busque meios para que suas cidades possam ser mais atrativas e relevantes no mercado global. Além da proposição de Koolhaas relacionar-se às questões de Sassen (1991; 2008), tem-se uma aproximação com as reflexões de Soja (2000; 2011) quanto às cidades-regiões, levando a considerar os processos de urbanização no oriente como parte de uma condição urbana distinta dos preceitos



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



que regulamentaram as reestruturações urbanas até meados do século passado. Em comum, esses autores indicam novos termos necessários para nomear as configurações espaciais de virada do século e debates a fim de propor novos termos para caracterizar as mudanças em curso.

Sassen (2001) aborda a cidade global a partir das dinâmicas do capitalismo tardio. Uma rede de infraestrutura é necessária para que haja a interação entre os nós estratégicos. Apesar de Koolhaas não abordar quaisquer ativismos sociais ou defender a busca por justiça social, generic city aproxima-se das descrições de Sassen (2001), tendo em vista a globalização e as tecnologias de informações como importantes elementos de reconfiguração da rede em escala planetária, contribuindo para a destruição criativa de determinadas partes do globo. Pantaleão (2019) afirma que Bigness:

[...] representa a compressão do espaço-tempo contemporâneo, pois traz à tona uma urbanização exponencial em que a associação entre governos locais municipais e corporações internacionais constroem paisagens urbanas capazes de competir entre si e conformam o continuum espacial de alcance global [...]

Isso se relaciona ao trabalho “A Reinvenção das cidades para um mercado mundial” de Sanchez (2000): “[...] convicção do papel da visão de mundo dominante na produção e na reprodução do espaço, na difusão da globalização atual e na orientação dos processos de reestruturação em curso [...]” e ao próprio pensamento de Koolhaas (1995, p.) sobre como o urbano está fora do nosso controle, “[...] prestes a se tornar o vetor máximo da imaginação”. Além disso, tem-se o mapeamento das cidades globais, demarcando por décadas à medida que alcançaram mais de 10 milhões de habitantes (figura 01).



Figura 01: Mapa das Cidades Globais em 2022 divididos em países emergentes e desenvolvidos.



Fonte: Elaborado pelo autor, Lucas F. Esteves, e pelo pesquisador Israel A. do Carmo, 2022.

É notório que, nos últimos anos, há uma inversão quanto à concentração dessas cidades, apesar dos grandes projetos urbanos estarem concentrados na Europa e, mais recentemente, na Ásia. A partir desse levantamento prévio, a pesquisa desdobra-se na identificação dos principais projetos localizados nas cidades globais, com destaque à Paris e Berlim, e suas correlações com as reflexões teórico-críticas de Rem Koolhaas acerca da atuação urbano-arquitetônica.

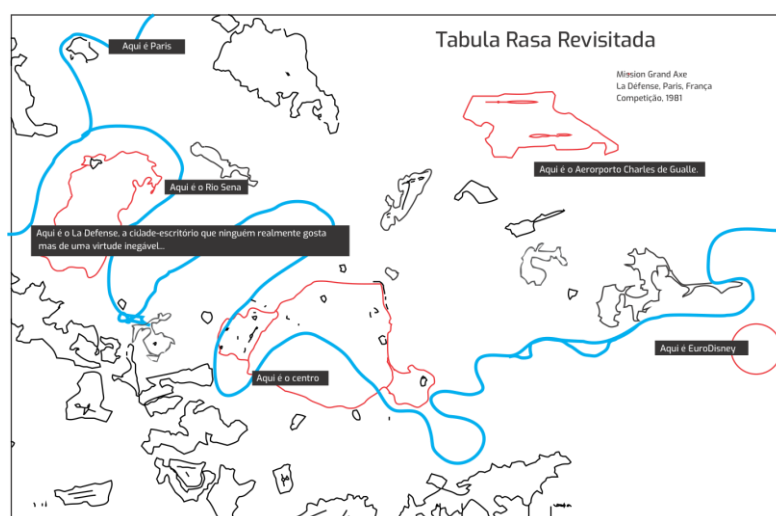
Ao observar mudanças na prática urbano-arquitetônica, em *"Whatever Happened to Urbanism?"*, Koolhaas discorre sobre como a prática arquitetônica, principalmente na Europa, foi modificada após o fracasso da promessa do modernismo de, através da abstração e repetição, transformar quantidade em qualidade. Isso ocasionou na "morte do urbanismo", que não conseguiu recomeçar com o planejamento de ordem e onipresença, ecoando na possibilidade do surgimento de um "novo urbanismo" – a cidade por partes ou o projeto urbano, desta vez baseado no estado de incerteza, pensando nas possibilidades de um futuro não planejado. Suas reflexões aproximam-se das de Benévolo (2007), tendo em vista que as cidades



contemporâneas passam por um processo de “conservação ativa”, em que é proposta a permanência dos cenários antigos articulados a novos usos e a inserção de novos equipamentos voltados à “revitalização” ou garantia de dinamicidade econômica das cidades, resultando em desenhos em larga escala, ou perfazendo a dimensão *Bigness*.

Especificamente sobre as intervenções em Paris, o arquiteto assinala o projeto urbano para além da *ville*. Reconhece, portanto, a ideia de “conservação ativa” e a ampliação do espaço por meio das intervenções em escala metropolitana e territorial para apontar o desaparecimento do urbanismo em sua origem, visto as etapas de projeto que, muitas vezes, estão além das pretensões dos urbanistas de remediar e controlar a quantidade de pessoas e o tamanho da cidade devido ao empresariamento urbano.

Figura 3: Indicação das áreas de intervenção em Paris, confrontando a dimensão da área central – preservada e as áreas periféricas que passam a receber projetos de grande escala.



Fonte: Pantaleão, 2021.



Figura 4: Planwerk Downtown Berlin, 1996, Departamento do Senado para Desenvolvimento Urbano, Proteção Ambiental e Tecnologia, Berlim.



Fonte: Nederlands Architectuurinstituut¹

Considerações Finais

A pesquisa desenvolveu reflexões sobre as percepções teórico-críticas de Rem Koolhaas quanto aos rumos do urbanismo, elencando os termos que caracterizam a mercantilização das cidades e o cotejamento de sua crítica à prática arquitetônica atual a autores de outros campos disciplinares. Observou-se que diversos autores buscam captar essas mudanças utilizando diferentes termos que se aproximam mediante a percepção da conservação ativa, ou seja, uma espécie de atualização constante de sua imagem a fim de promover a competitividade em escala global.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à professora Dr.^a Sandra Catharinne Pantaleão Resende pela oportunidade de realizar esta iniciação científica, ao colega Israel Adorno do Carmo pelos estudos em conjunto e à UEG por conceder a bolsa de iniciação científica BIC/UEG que me permitiu me dedicar a



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



este estudo.

Referências

BENEVOLO, Leonardo. **A arquitetura no novo milênio**. São Paulo, Estação Liberdade, 2007.

COSTA, Maria de Fátima Tardin. Cidade-mercadoria, comunicação e consumo. **Contemporânea**. Ed. 16, Vol. 8, nº 3. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Whatever Happened to Urbanism? **Design Quarterly**, nº. 164, 1995, pp. 28–31.

KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce. **S, M, L, XL**. Nova York: Monacelli Press, 1995.

MUÑOZ, F. **Urbanización**: paisajes comunes, lugares globales. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

PANTALEÃO, S. C.. Arquitetura metropolitana, cidade genérica e regime ¥€\$: a condição urbana contemporânea por Rem Koolhaas. **XV Seminário de história da cidade e do urbanismo - a cidade, o urbano, o humano**. Goiânia, 2018.

_____. Factoring Cities: Paisagens urbanas a partir de discurso-diagnóstico na era financeira digital. **Thésis**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 11-27, dez. 2020

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades da virada do século: agentes, estratégias e escalas de atuação políticas. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 16, p. 31-49, jun. 2001.

_____. As diferentes especializações das cidades globais. **Arquitextos**, São Paulo, ano 09, n. 103.00, Vitruvius, dez. 2008 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.103/87/pt>>.

VÁZQUEZ, Carlos García. **Ciudad Hojaldre**. Editorial Gustavo Gili: Barcelona, 2004.

_____. **Teorías e historia de la ciudad contemporânea**. Editorial Gustavo Gili: Barcelona, 2016.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás